

BALANÇO SOCIAL



2010



FICHA TÉCNICA:

TÍTULO: Balanço Social 2010

AUTOR: Marta Coutinho

REVISÃO: Rui Nogueira

EDIÇÃO: Divisão de Recursos
Humanos e Administração

Assembleia da República
Abril 2011

ÍNDICE

1. Introdução.....	7
2. Organograma da AR.....	11
3. Caracterização dos Recursos Humanos	15
3.1. Evolução dos efectivos	15
3.2. Em função da relação jurídica	18
3.3. Em função dos grupos profissionais.....	22
3.4. Em função do sexo	26
3.5. Em função da idade.....	28
3.6. Em função do nível de escolaridade	32
3.7. Em função da antiguidade	36
3.8. Movimentos de Pessoal	40
3.8.1. Entradas	40
3.8.2. Saídas	41
3.9. Evoluções na carreira e na categoria	45
3.10. Absentismo.....	47
4. Formação Profissional.....	55
5. Higiene e Segurança no Trabalho	61
5.1. Acidentes de trabalho	61
5.2. Doenças Profissionais.....	63
5.2. Gabinete médico	63
6. Encargos Financeiros e Leque Salarial	67
6.1. Encargos financeiros	67
6.2. Leque Salarial	73
7. Protecção Social	77
8. Relações Profissionais e Disciplina.....	81
8.1. Relações Profissionais	81
8.2. Disciplina	82
9. Composição dos Gabinetes e Entidades externas que funcionam junto da AR	85
9.1.Composição dos Gabinetes.....	85
9.2. Pessoal em funções nas Entidades externas que funcionam junto da A.R	87
10. Notas Finais: Síntese	91



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Balanço Social é um relevante instrumento de gestão das Organizações, que visa não só tornar públicas e transparentes as respectivas actividades desenvolvidas, como também fornecer informações qualitativas e quantitativas, pelas quais é possível avaliar se o formato de gestão prosseguido se adequou aos objectivos estratégicos adoptados e aos compromissos estabelecidos no âmbito do planeamento aprovado.

Incorpora igualmente indicadores de desempenho e de desenvolvimento social, que traduzem e retratam as tendências das estratégias adoptadas, sendo esses indicadores os seguintes:

- I) Indicadores humanos;
- II) Indicadores financeiros;
- III) Indicadores sociais.

Nestes termos, o Balanço Social da Assembleia da República consubstanciado no presente documento, elaborado com referência a 31 de Dezembro de 2010, tem por base a caracterização decorrente dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal para esse mesmo ano, nele se contemplando tanto os postos de trabalho relativos ao desenvolvimento das actividades dos Serviços da Assembleia da República, como os postos de trabalho afectos às Entidades que funcionam junto da Assembleia da República, cujo apoio técnico e administrativo lhe compete assegurar.

Tendo presente a indissociabilidade dos indicadores humanos e sociais por constituírem em conjunto um significativo elemento informativo e de ponderação para a gestão, centrou-se este Balanço Social nos seguintes objectivos:

- Registar dados sobre o perfil humano dos trabalhadores da AR;
- Fornecer elementos no âmbito do desenvolvimento histórico do capital humano;
- Retratar a política social prosseguida pela A.R.;
- Possibilitar uma análise comparativa, de forma a melhor assinalar progressos ou desvios aos objectivos e aos planos traçados;
- Propiciar um diálogo proactivo com os decisores e destinatários envolvidos com vista a uma reflexão sempre actual sobre as políticas gestionárias e seus compromissos;

- Constituir um suporte à decisão, tendo em vista a definição de estratégias, programas e acções a seguir no futuro.

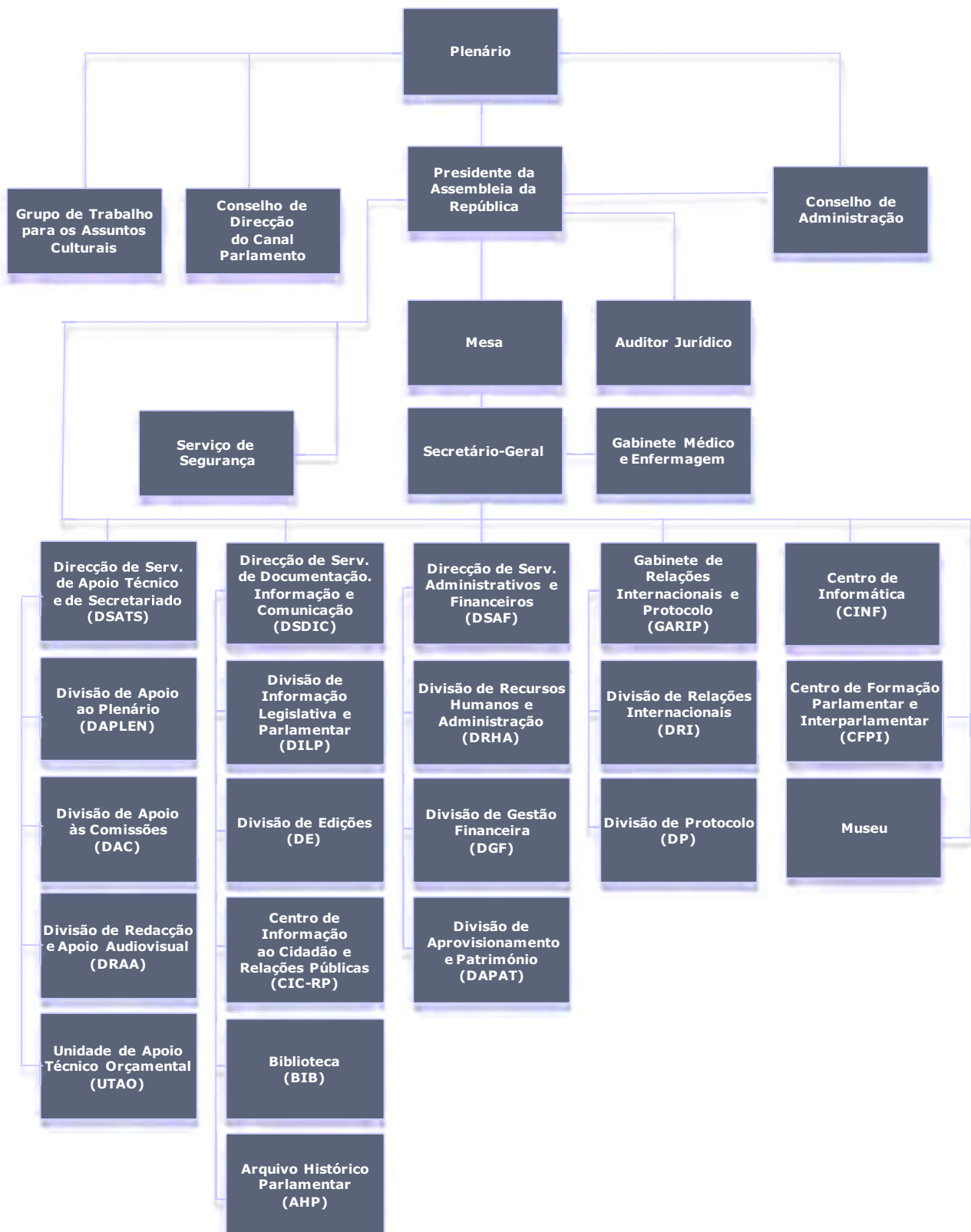
Este Balanço Social inclui, ainda, um conjunto de dados e indicadores financeiros, que objectivam a utilização desses recursos, bem como retratam os seus custos, deles ressaltando a redução de encargos resultante da política de contenção orçamental e financeira prosseguida no contexto da situação económica que se vive no País.

Pretende-se, assim, que o Balanço Social contenha, para além dos quadros obrigatórios, um conjunto adicional de informação de forma a enriquecer a análise e interpretação dos números apresentados, atenta a natureza determinante deste documento, quer para a gestão dos Recursos Humanos, quer para o seu planeamento estratégico.



ORGANOGRAMA DA AR

2. ORGANOGRAMA DA AR





CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

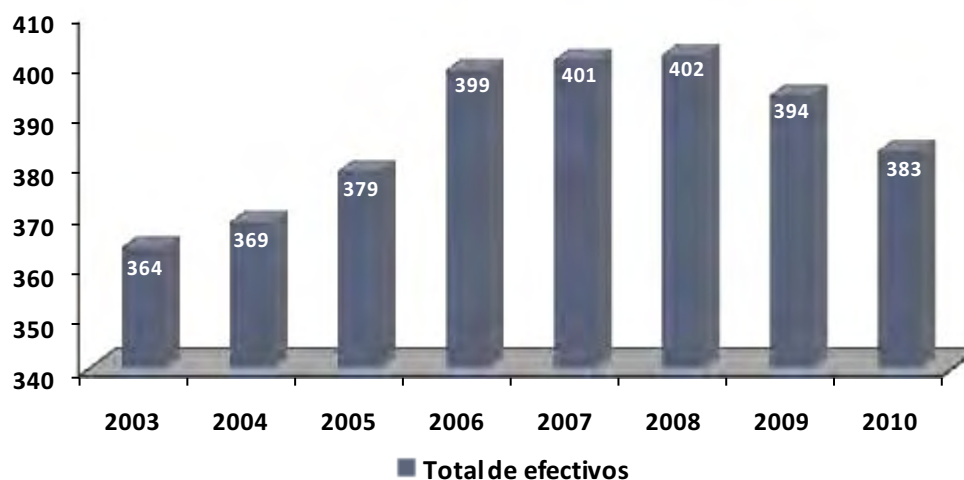
3. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2010, registam-se 383 trabalhadores em efectividade de funções, ocupando os correlativos postos de trabalho no mapa de pessoal da Assembleia da República para esse ano, nos quais se incluem 22 trabalhadores em regime de mobilidade interna, 4 trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto e 12 trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, bem como 4 trabalhadores afectos às entidades que funcionam junto da AR, a quem corresponde a obrigação legal de prestar apoio técnico e administrativo (CNPMA, CAJP e CFSIIC).

Acrescem ainda, aos 383 trabalhadores do mapa de pessoal, a colaboração de 10 contratados em regime de avença, e de 2 situações de curta prestação de serviços findas a 31-12-2010, o que totaliza 395 trabalhadores.

3.1 – Evolução dos efectivos

Gráfico 1 - Evolução dos efectivos



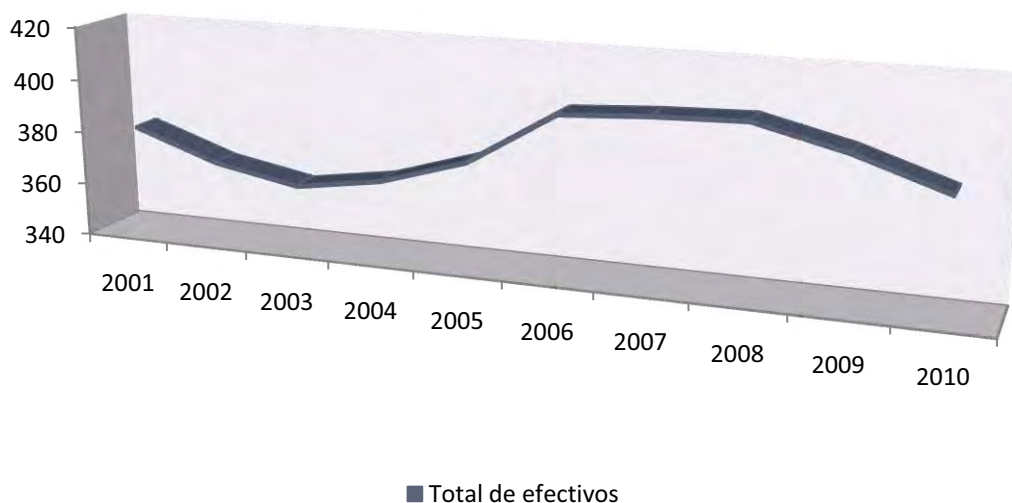
A partir de 2009 a realidade de efectivos da Assembleia da República passou a ser retratada de forma diferente, atenta a filosofia nesta matéria decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP). Desde então, os efectivos devem corresponder aos trabalhadores em efectividade de funções que ocupam os postos de trabalho previstos no mapa de pessoal anual, contemplando ainda os postos

ocupados para fazer face ao apoio técnico e administrativo das Entidades que funcionam junto deste Órgão de Soberania.

Assim, pode-se observar, através do **gráfico 1**, que, não obstante em 2009 se entrar em linha de conta com uma realidade mais abrangente, se verificou mesmo assim uma diminuição de efectivos de 402 para 394 trabalhadores, sendo que em 2010 esse número foi ainda mais reduzido, passando então para 383. Regista-se assim o mais baixo número de efectivos dos últimos 5 anos.

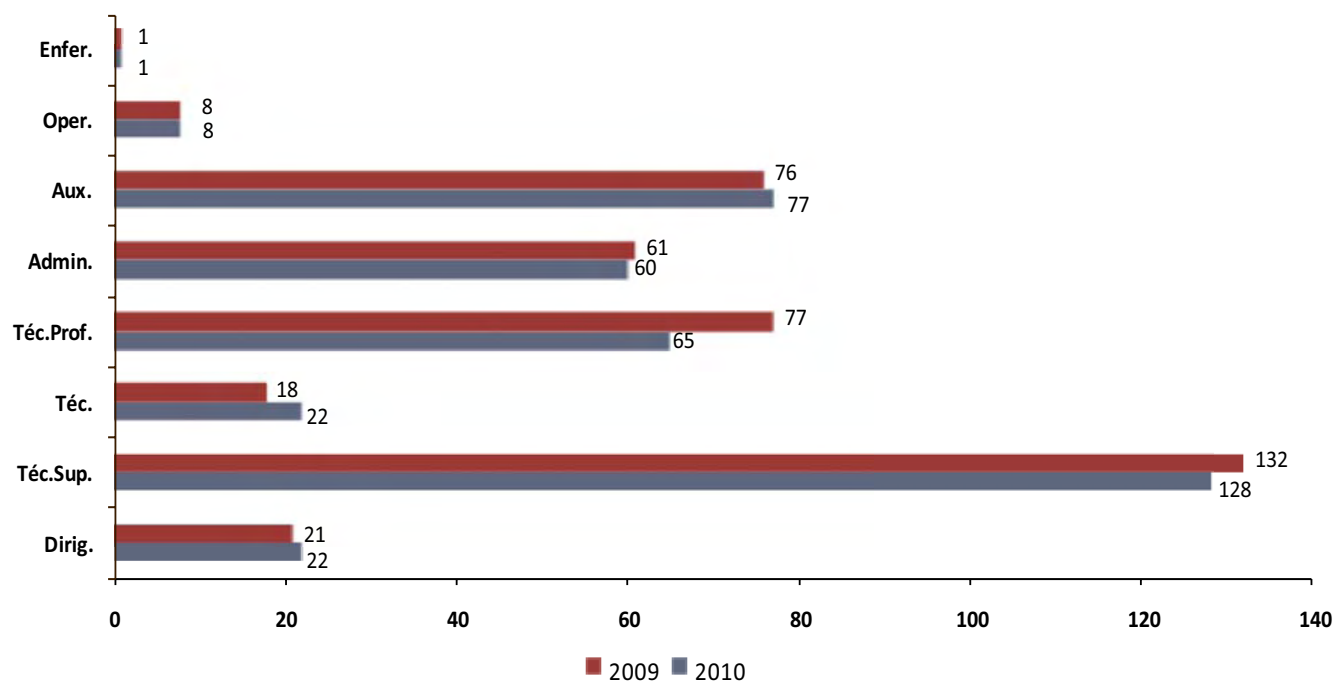
Este decréscimo do número de trabalhadores verificado em 2010, é imputado quer ao aumento do número de aposentações que ocorreram ao longo do ano, quer à política de contenção de efectivos continuada e prosseguida nos últimos anos.

Gráfico 2 - Evolução dos efectivos (2001-2010)



O **gráfico 2** apresenta a evolução dos efectivos na última década, mostrando que, após um período de estabilidade do número de trabalhadores, entre 2006 e 2008, passou-se para uma tendência de descida iniciada em 2009 continuada em 2010, encontrando-se o número de efectivos próximo dos valores registados em 2005.

Gráfico 3 - Evolução dos efectivos por grupo profissional (2009-2010)



O **gráfico 3** mostra que, em 2010, comparativamente com 2009, 3 grupos profissionais apresentaram decréscimo do número de trabalhadores, atingindo esse decréscimo a sua maior expressão no grupo técnico-profissional.

O grupo técnico que apresenta uma ligeira subida, justificada pela mudança de carreira de alguns trabalhadores parlamentares oriundos de outros grupos profissionais, mediante prévio concurso de habilitação previsto para o efeito.

A variação no grupo de auxiliares parlamentares deve-se ao regresso de uma trabalhadora em regime de licença sem vencimento, sendo que, no grupo de dirigentes, foi provido, em comissão de serviço, o cargo de adjunto da Secretária Geral, que se encontrava vago por aposentação da anterior titular do cargo.

Em termos globais a descida do número de trabalhadores decorre, sobretudo, do aumento do número de aposentações.

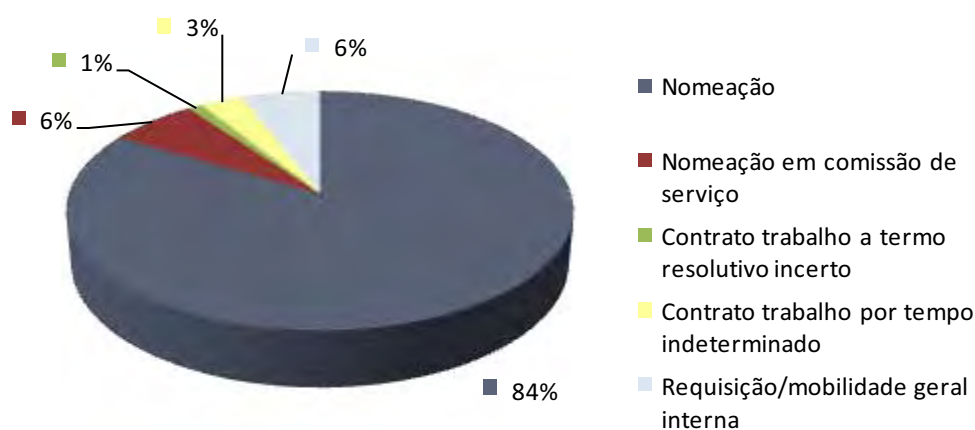
3.2 – Em função da relação jurídica

Quadro 1 - Distribuição dos efectivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego e a relação homem/mulher

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis- trativo	Auxiliar	Operário	Enfer- magem	Total
Total de Efectivos	H	8	39	6	22	4	50	5		134
	M	14	89	16	43	56	27	3	1	249
	T	22	128	22	65	60	77	8	1	383
Nomeação	H		32	2	22	2	47	5		110
	M		83	13	40	49	23	2		210
	T		115	15	62	51	70	7		320
Nomeação em Comissão de Serviço	H	8					1			9
	M	14					1	1		16
	T	22 a)					2	1		25
Contrato trabalho Termo resolutivo Incerto	H		1							1
	M		1	1	1					3
	T		2	1	1					4
Contrato Trabalho Por Tempo Indeterminado	H		2	3			2			7
	M			2			3			5
	T		2	5			5			12
Mobilidade geral interna	H		4	1		2				7
	M		5		2	7			1	15
	T		9	1	2	9			1	22

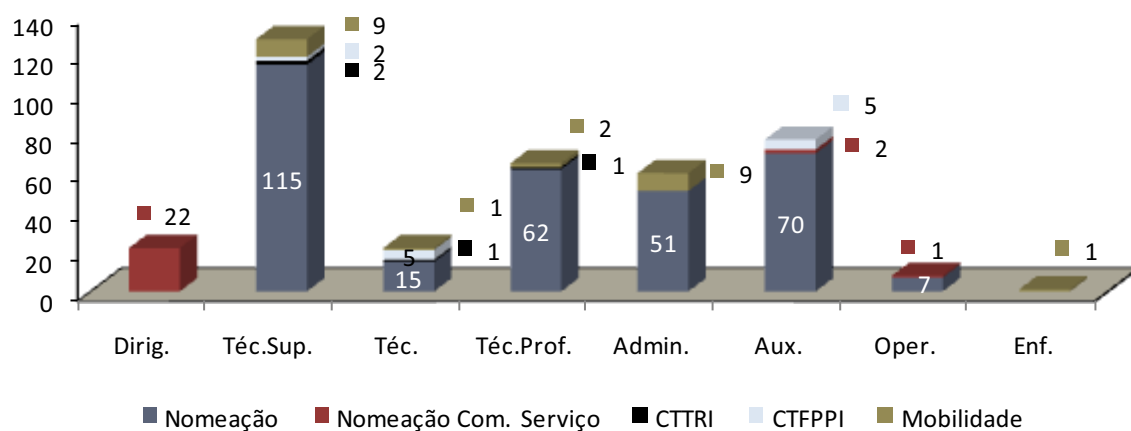
a) 6 provenientes de outros organismos.

Gráfico 4 – Percentagem de trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego



De acordo com o observado no **quadro 1 e gráfico 4**, constata-se que a modalidade de nomeação é a relação jurídica com maior representatividade, constituindo 84% do total de trabalhadores do mapa de pessoal da A.R.. As restantes relações jurídicas não têm qualquer expressão no panorama global existente, variando entre 1% e 6%.

Gráfico 5 – Representação gráfica da distribuição dos efectivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego



Os números do **quadro 1** estão representados no **gráfico 5**, onde se pode constatar o que já foi referido, isto é, a relação de emprego público por nomeação apresenta-se como predominante. Segue-se a comissão de serviço, onde estão englobados a totalidade dos dirigentes, o encarregado do pessoal auxiliar, o encarregado do parque reprográfico e o zelador, e que agrupa 6% dos trabalhadores, por sua vez a mobilidade, com 22 trabalhadores, detém igualmente uma representação de 6% no universo dos trabalhadores da A.R..

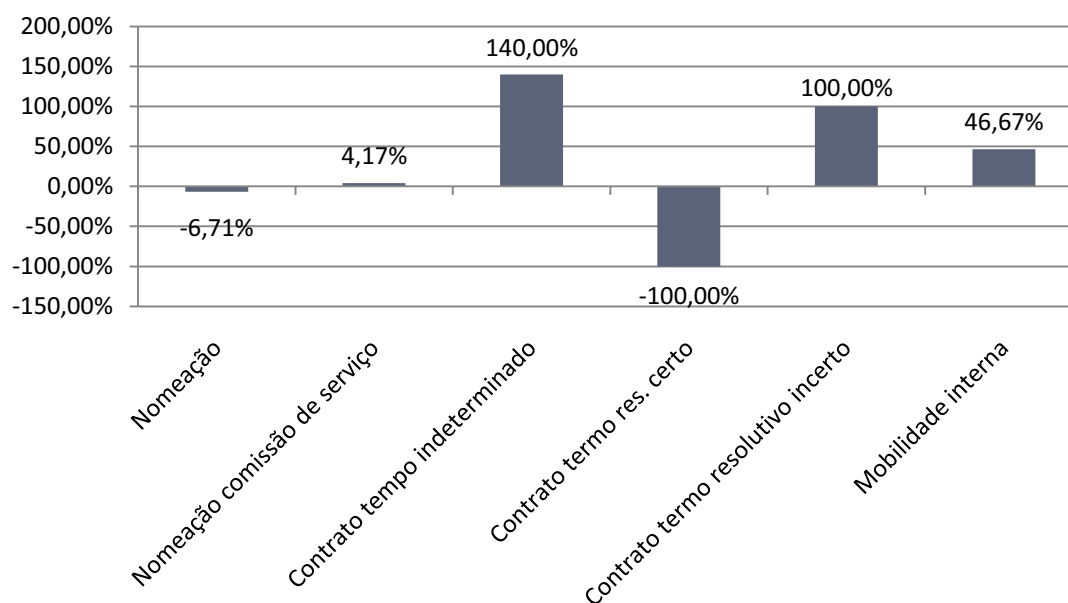
Em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado encontram-se 5 auxiliares, 5 técnicos e 2 técnicos superiores, contando-se ainda com 4 trabalhadores com contrato a termo resolutivo incerto, que se encontram distribuídos pelo grupo técnico profissional, técnico e técnico superior.

Quadro 2 - Evolução dos efectivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego

		Dirigente			Técnico Superior			Técnico			Técnico Profissional			Adminis- trativo			Auxiliar			Operário			Total		
		08	09	10	08	09	10	08	09	10	08	09	10	08	09	10	08	09	10	08	09	10	08	09	10
Total de Efectivos	H	10	11	8	33	36	39	5	3	6	28	28	22	3	3	4	52	50	50	5	5	5	136	136	134
	M	12	10	14	95	96	89	16	15	16	50	49	43	59	58	56	30	26	27	4	3	3	266	258*	249*
	T	22	21	22	128	132	128	21	18	22	78	77	65	62	61	60	82	76	77	9	8	8	402	394*	383*
Nomeação	H				32	34	32	5	3	2	28	26	22	2	2	2	48	46	47	5	5	5	120	116	110
	M				90	91	83	16	14	13	49	46	40	49	51	49	27	23	23	3	2	2	234	227	210
	T				122	125	115	21	17	15	77	72	62	51	53	51	75	69	70	8	7	7	354	343	320
Nomeação Comissão de Serviço	H	10	11	8												2	2	1				12	13	9	
	M	12	10	14														1	1	1	1	13	11	16	
	T	22	21	22													2	2	2	1	1	1	25	25	25
Contrato trab. por tempo indeterminado	H						2			3							2	2	2				2	2	7
	M									2							3	3	3				3	3	5
	T						2			5							5	5	5				5	5	12
Contrato trabalho termo resol. Certo	H					1					2														3
	M					1			1		2														4
	T					2			1		4														7
Contrato trabalho termo resol. Incerto	H						1																		1
	M						1			1			1												3
	T						2			1			1												4
Mobilidade Geral	H				1	1	4			1				1	1	2							2	2	7
	M				3	4	5				1	1	2	8	7	7							12	13*	15*
	T				4	5	9			1	1	1	2	9	8	9							14	15*	22*
Outras Situações	H																								
	M					2					1			2									4		
	T					2					1			2									4		

* Inclui 1 enfermeira em regime de mobilidade interna

Gráfico 6 – Variação percentual da relação jurídica de emprego (2009 – 2010)



O **quadro 2** mostra a evolução dos trabalhadores por grupo profissional ao longo dos últimos 3 anos e o **gráfico 6** a evolução percentual da relação jurídica de emprego de 2009 para 2010. Assim, para além de se constatar a continuação da tendência de diminuição do número de trabalhadores, pode verificar-se que a relação jurídica de emprego na modalidade de nomeação é aquela que detém uma maior representatividade, registando contudo uma diminuição de 11 trabalhadores em 2010, comparativamente com o ano anterior, o que equivale a dizer que se verificou um decréscimo de cerca de 2,8% naquele regime de vinculação.

O **quadro 2** mostra ainda a existência de 4 contratados a termo resolutivo incerto, tendo como contrapartida a diminuição de 7 contratos a termo resolutivo certo.

A este quadro acresce ainda 1 trabalhadora da carreira de enfermagem, em regime de mobilidade, o que perfaz assim os 383 efectivos.

O **gráfico 6** mostra também que o aumento em 2010 de 1 trabalhador em comissão de serviço se traduz no acréscimo de cerca de 4% de trabalhadores nesse tipo de relação jurídica de emprego.

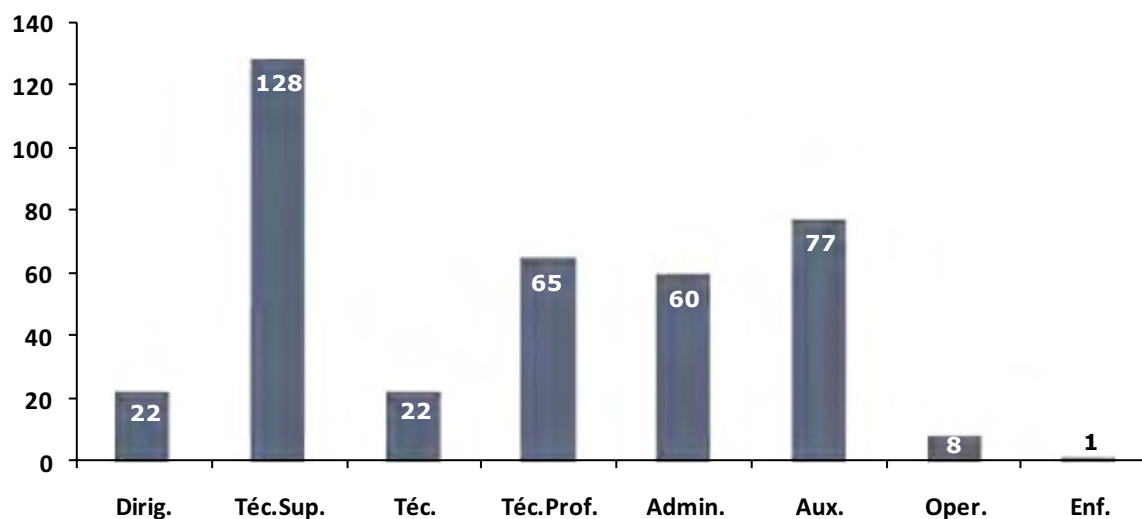
O aumento exponencial da percentagem oriunda da relação jurídica de emprego na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado decorre do acréscimo do número de trabalhadores naquela relação jurídica, por contrapartida pela redução no regime de nomeação.

Por outro lado verifica-se uma transferência percentual total entre as relações jurídicas de emprego na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo para contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, sendo contudo de realçar que em termos de número efectivo de trabalhadores passou de 7 para 4.

Finalmente assistiu-se a um aumento de 7 trabalhadores em regime de mobilidade geral (interna e/ou cedência de interesse público), o que representa um incremento, em 2010, de cerca de 46,7%.

3.3. – Em função dos grupos profissionais

Gráfico 7 - Distribuição dos efectivos por grupos profissionais

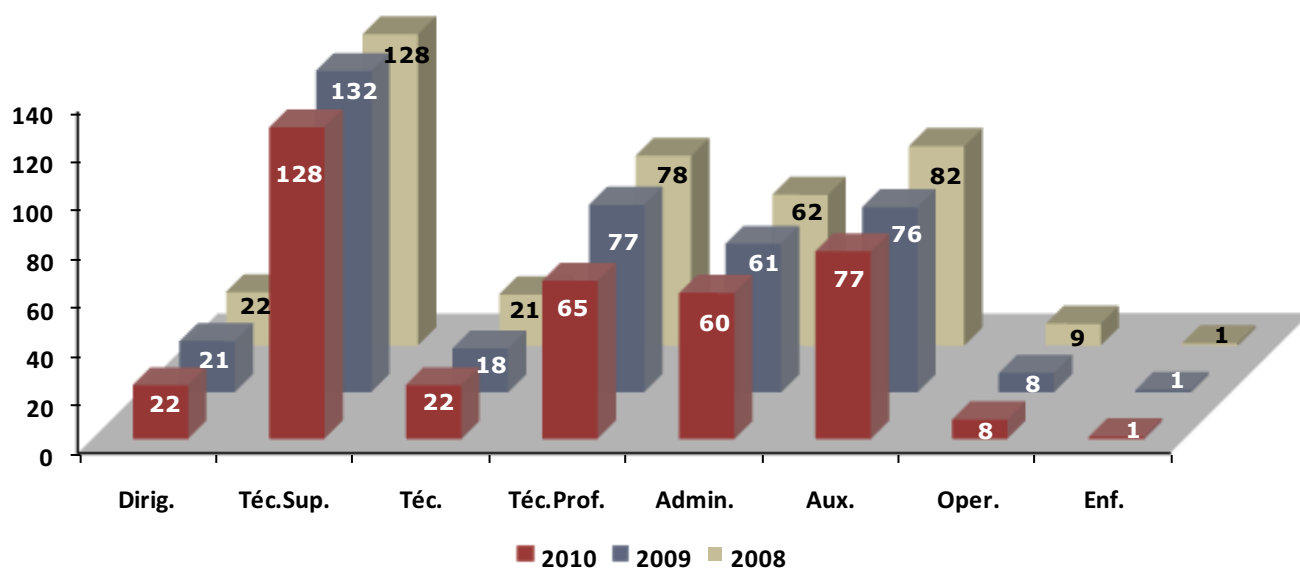


No que respeita à análise da distribuição do número de trabalhadores por grupos profissionais, mais uma vez se confirma que o grupo técnico superior é o que detém maior número, concretamente 33,4% do número total de trabalhadores, seguindo-se-lhe o grupo auxiliar com uma percentagem de 20,1% e o grupo técnico-profissional com 16,9%.

Esta distribuição é característica da tipologia de trabalho realizado na Assembleia da República uma vez que existe uma crescente necessidade de especialização para responder a tarefas cada vez mais exigentes e complexas e de necessária actualização de conhecimentos a vários níveis. Esta preponderância encontra eco nos cerca de 41,6% de trabalhadores existentes nas carreiras técnica e técnica superior por contraponto com todas as restantes carreiras (não se incluindo nesta percentagem o pessoal dirigente).

O segundo maior grupo situa-se na carreira auxiliar, atentas as especificidades da actividade da Assembleia da República, nomeadamente pelo apoio que este grupo de pessoal tem de prestar às várias actividades decorrentes da natureza parlamentar, nomeadamente a eventos vários, cerimónias e exposições.

Gráfico 8 - Representação Gráfica

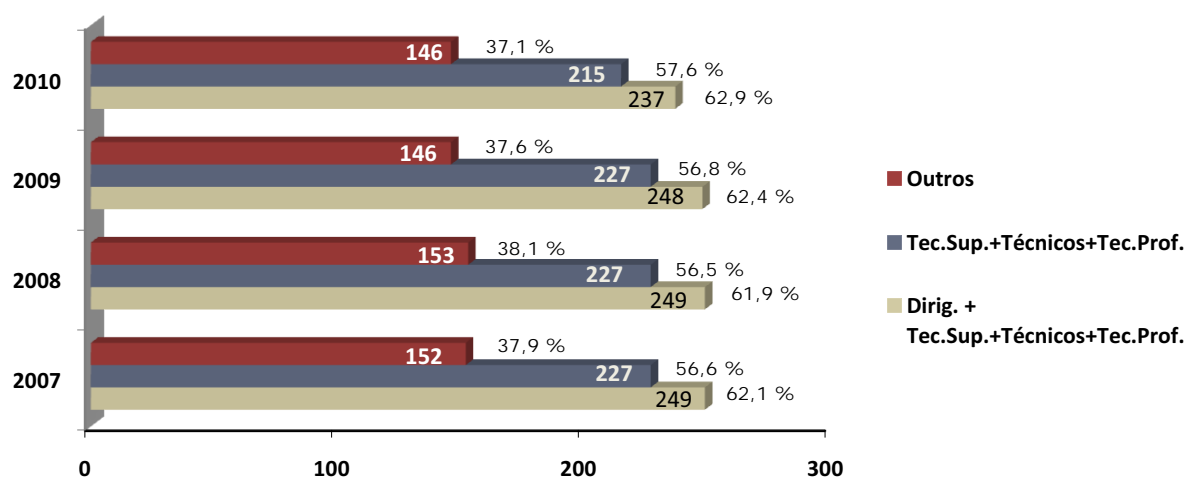


O **gráfico 8** representa os valores totais dos trabalhadores por grupo profissional dos últimos 3 anos, possibilitando também aqui constatar o que já vem sendo apontado, ou seja, que a tendência de diminuição de efectivos em 2010 se apresenta de forma transversal, fazendo-se assim sentir em quase todos os grupos profissionais.

Atendendo ainda ao facto de que o mapa de pessoal passou a contemplar desde o ano de 2009 uma realidade mais abrangente do que a de anos anteriores, pode-se igualmente sublinhar com maior ênfase que a diminuição de trabalhadores é ainda mais significativa.

Face a este cenário realça-se que nem o regresso de funcionários à AR que se encontravam em exercício de funções no exterior, nem o acréscimo de duas situações de mobilidade foram motivo bastante para inverter a tendência de descida de efectivos que, como já foi dito, encontra a sua causa, sobretudo, nas aposentações e saídas de pessoal.

Gráfico 9 - Evolução do índice de tecnicidade



O índice de tecnicidade continua a não apresentar variações significativas, registando-se apenas uma quebra em 2010 de 0,8% ao nível do grupo “técnico superior, técnico e técnico profissional”, devendo-se sobretudo ao aumento do número de saídas de trabalhadores dos grupos técnico superior e técnico-profissional.

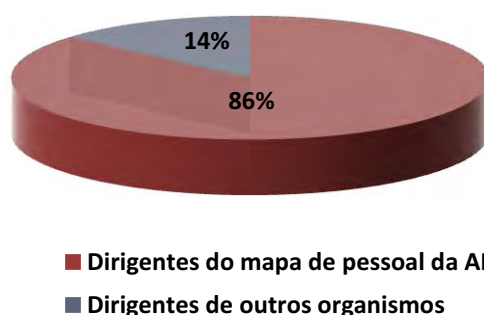
Quadro 3 - Pessoal Dirigente

	Homens	Mulheres	Total
Secretário-Geral		1	1
Adjunto do Secretário-Geral		2	2
Director de Serviços	2	3	5
Chefe de Divisão	6	8	14

Gráfico 10 - Percentagem de dirigentes por efectivos

Em 2010, 5,7% do total de trabalhadores do mapa de pessoal da Assembleia da República eram dirigentes. Esta percentagem apresenta uma ligeira subida de 0,4% comparativamente a 31 de Dezembro de 2009, devendo-se à nomeação de um dirigente.

Por esta razão o rácio de efectivos por dirigente passou em 2010 a ser de 17,4 trabalhadores ou 20,2 considerando apenas os Chefes de Divisão e Directores de Serviço.

Gráfico 11 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos

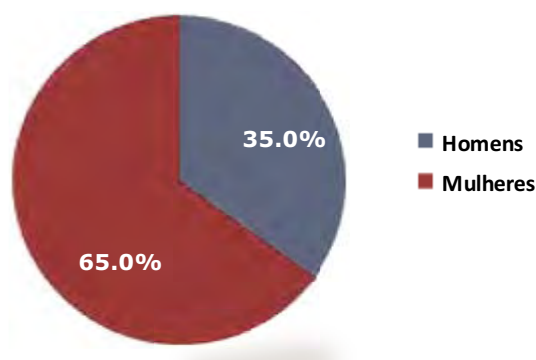
Conforme ilustra o **gráfico 11**, dos 22 dirigentes em efectividade de funções, 77,3% têm como origem a AR, i.e., são oriundos das carreiras/categorias do mapa de pessoal da Assembleia da República, estando nesta situação 17 dirigentes. Os restantes 5 embora de igual modo façam parte do mapa de pessoal, tem como origem outros organismos.

3.4. – Em função do sexo

Quadro 4 - Relação homens/mulheres

Homens	134
Mulheres	249

Gráfico 12 - Representação Gráfica

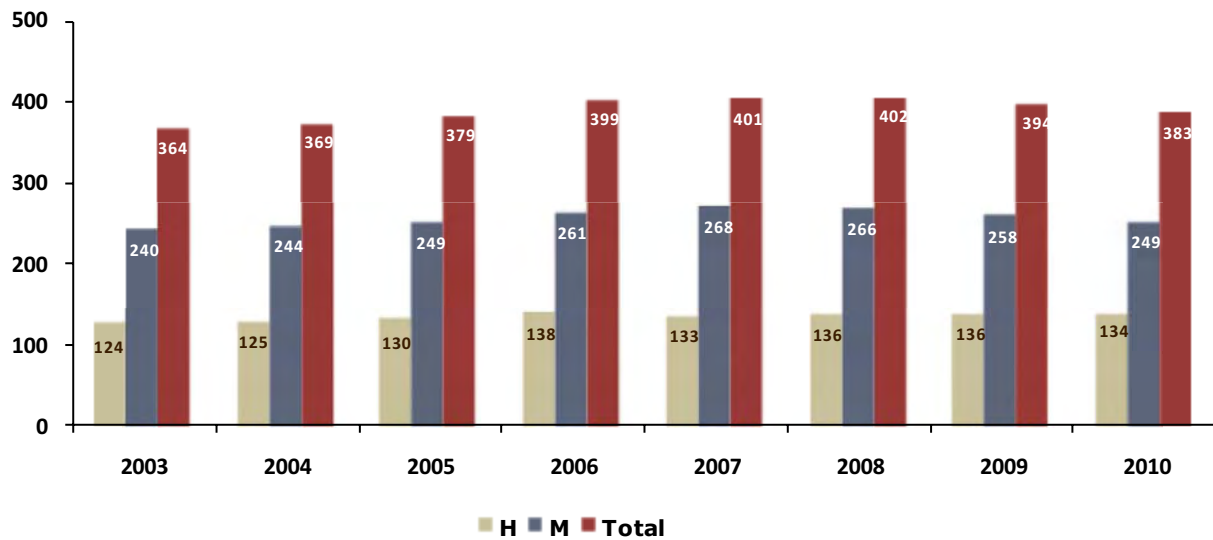


Quadro 5 - Evolução da relação homens/mulheres

	2007	2008	2009	2010
Homens	33,2%	33,8%	34,5%	35,0%
Mulheres	66,8%	66,2%	65,5%	65,0%

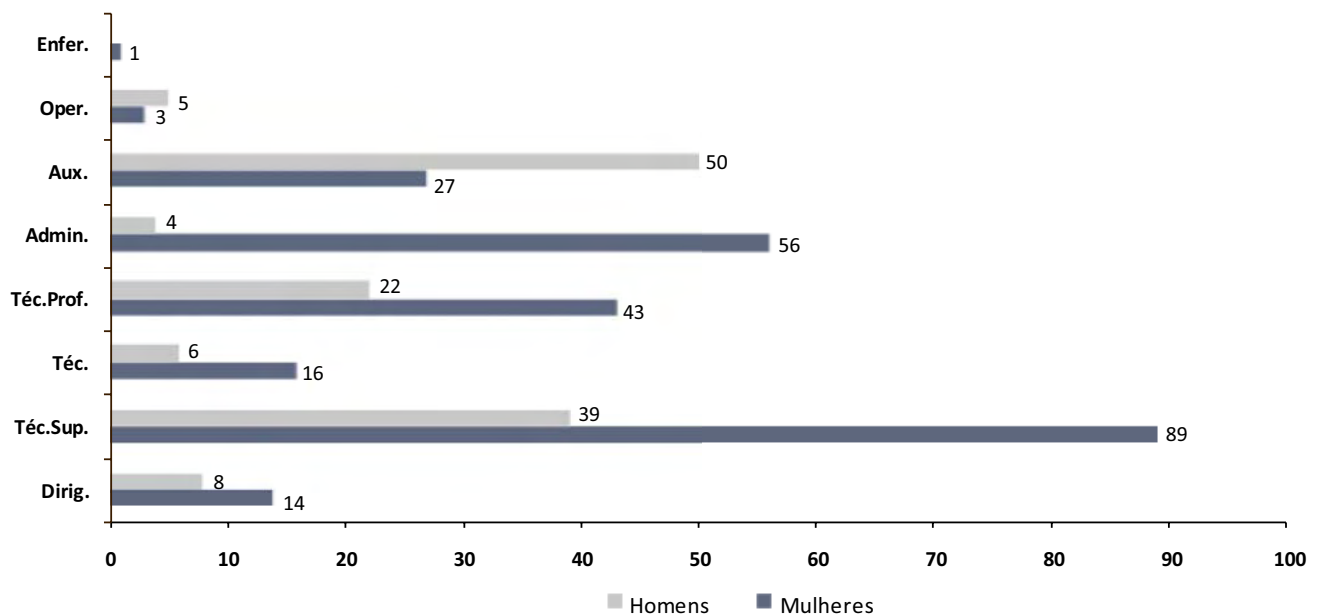
Em 2010 mantém-se a maior representatividade feminina, facto que já se vem observando ao longo dos últimos anos. No entanto, desde 2007 que se tem vindo a registar uma ligeira descida desta representatividade contrapondo-se um aumento da percentagem masculina. Apesar da descida de 0,5% da taxa de feminização, a relação continua a estar próxima de 2 mulheres para 1 homem (1,85).

Gráfico 13 – Evolução do total de efectivos por sexo



O **gráfico 13** mostra a evolução do número de trabalhadores por sexo, ilustrando que, ao longo dos últimos anos, não se registam grandes variações, mantendo-se a sua proporcionalidade.

Gráfico 14 - Distribuição por sexo e grupos profissionais



Analisando a distribuição dos trabalhadores por grupos profissionais, observa-se, através do **gráfico 14**, que os grupos auxiliar e operário são aqueles em que existem mais homens que mulheres, contrariando assim a proporcionalidade que vem sendo referida.

3.5. – Em função da idade

Quadro 6 - Efectivos por escalão etário segundo o sexo

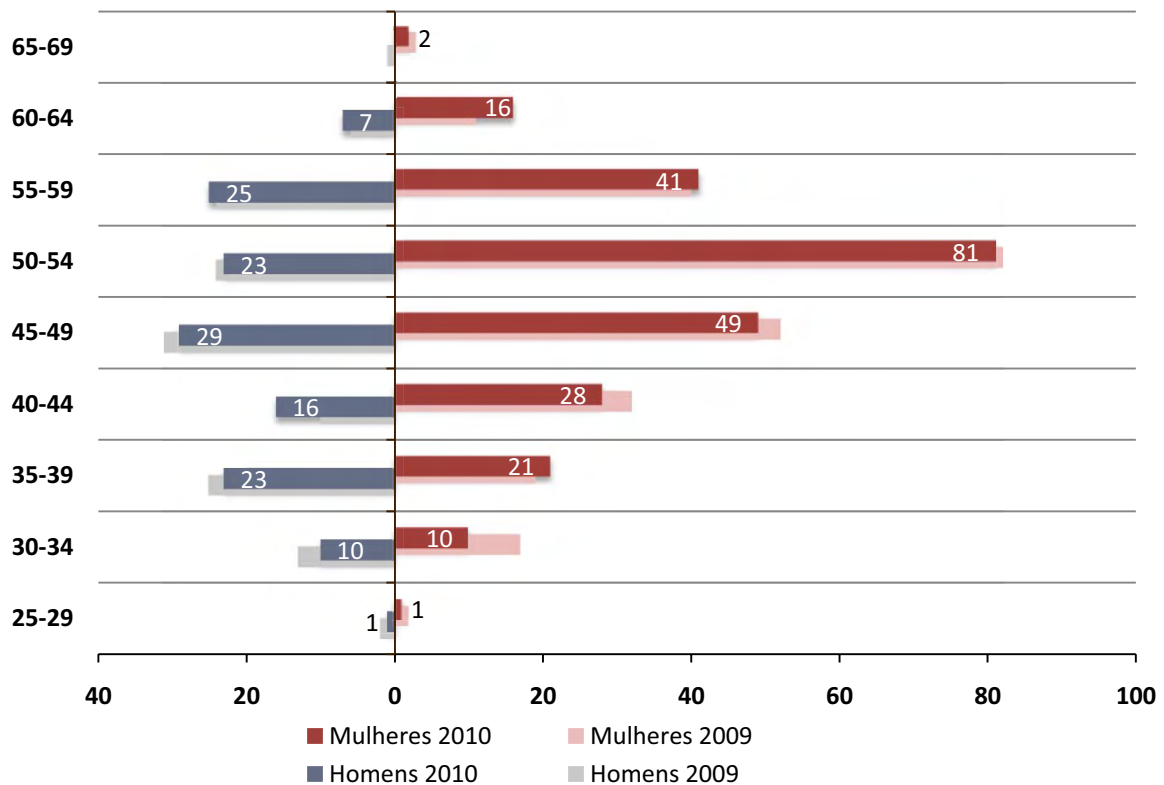
	Homens	Mulheres	Total
25 – 29	1	1	2
30 – 34	10	10	20
35 – 39	23	21	44
40 – 44	16	28	44
45 – 49	29	49	78
50 – 54	23	81	104
55 – 59	25	41	66
60 – 64	7	16	23
65 – 69		2	2
Total	134	249	383

O **quadro 6** mostra que a população masculina tende a ser mais nova que a população feminina, isto é, a maior concentração de trabalhadores do sexo masculino ocorre na classe modal de 45-49 anos, enquanto que a maior concentração de trabalhadoras do sexo feminino acontece na classe modal dos 50-54 anos. De notar que esta tendência se mantém relativamente ao ano de 2009.

No entanto, esta expressão masculina não tem suficiente peso no total dos trabalhadores, pois a classe modal dos 50-54 anos é a que agrupa mais trabalhadores, contando com 104, correspondendo a cerca de 27% do total de trabalhadores do mapa de pessoal da A.R..

O leque etário é de 2,37 e tem uma amplitude de 40 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (29 anos) e o mais velho (69 anos).

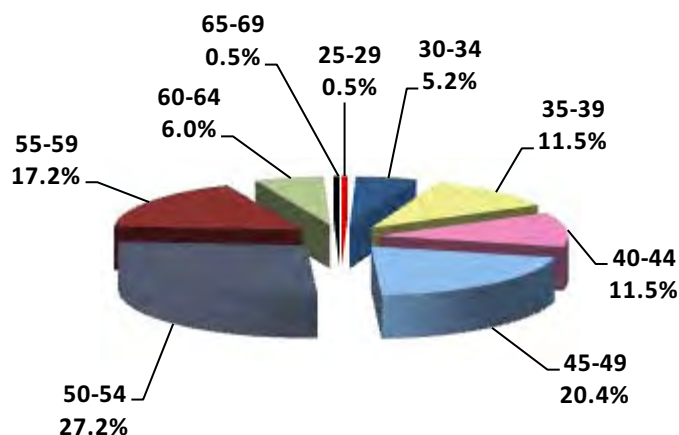
Gráfico 15 - Pirâmide Etária



A pirâmide etária apresenta a forma sinodal, com especial enfoque nas classes modais 50-54 anos e 45-49 anos que, juntas, correspondem a aproximadamente 47,5 % do total de trabalhadores em efetividade de funções.

O **gráfico 15** representa as pirâmides etárias de 2009 e 2010, permitindo comparar os 2 anos. Assim, nos homens é visível o aumento das classes modais 40-44 anos, 55-59 anos e 60-64 anos. Nas mulheres verifica-se um aumento da classe modal 35-39 anos, 55-59 anos e 60-64 anos, sendo que esta última a que verifica o aumento mais significativo.

Gráfico 16 - Distribuição dos efectivos por escalões etários



O **gráfico 16** permite calcular a taxa de emprego jovem, para a qual se considerou a faixa etária até aos 29 anos, e a taxa de envelhecimento, que tem como referência os efectivos com 55 ou mais anos. Os valores obtidos são de 0,5% e 23,76% respectivamente.

Assim, concluí-se que a taxa de emprego jovem continua bastante baixa e inferior a 2009 em 0,5%. A taxa de envelhecimento apresenta um aumento de cerca de 2,19% em relação ao ano anterior.

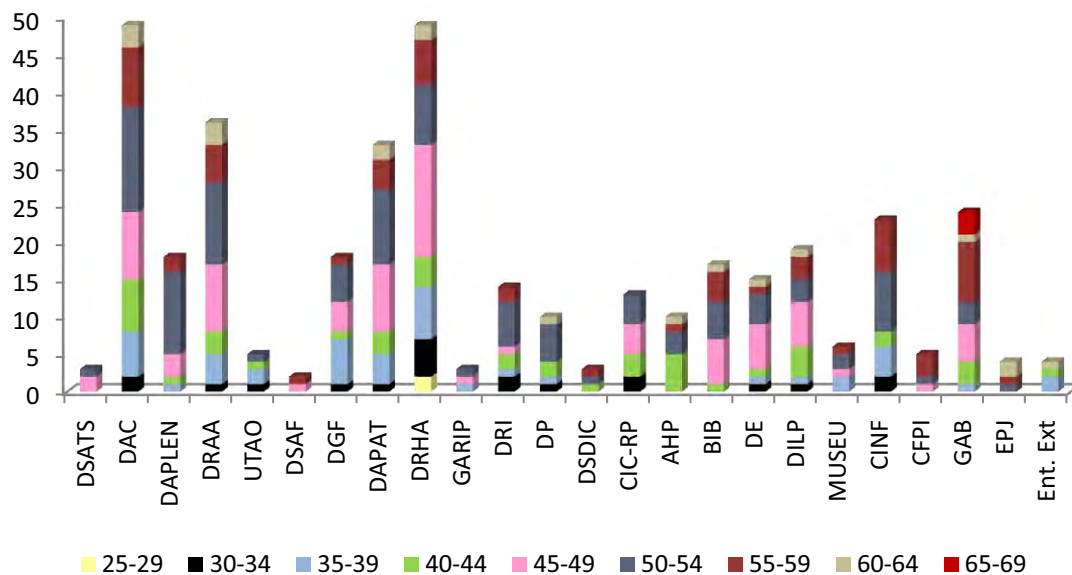
Estas tendências, associadas a uma evolução da idade média de 1,7 anos de 2009 para 2010, que aliás se vem mantendo ao longo dos últimos anos, revela a necessidade de cuidados especiais ao nível da gestão de recursos humanos, de modo a poder garantir um equilíbrio nos movimentos de entradas e saídas e permitir assegurar a manutenção das tarefas necessárias ao bom desempenho dos serviços.

No último quinquénio a idade média aumentou 3,7 anos.

Quadro 7 - Evolução da idade média

2006	2007	2008	2009	2010
45,9 anos	46,9 anos	47,4 anos	47,9 anos	49,6 anos

Gráfico 17 - Distribuição dos efectivos por serviços e escalões etários



Observando-se a distribuição dos trabalhadores pelos diversos serviços, concluí-se que a DRHA, (por força do grupo dos auxiliares parlamentares) apresenta os trabalhadores com escalão etário mais baixo, mantendo a tendência em relação a 2009.

Os trabalhadores da DAC, DRHA, CINF e os funcionários colocados nos Gabinetes são aqueles que apresentam idades mais elevadas.

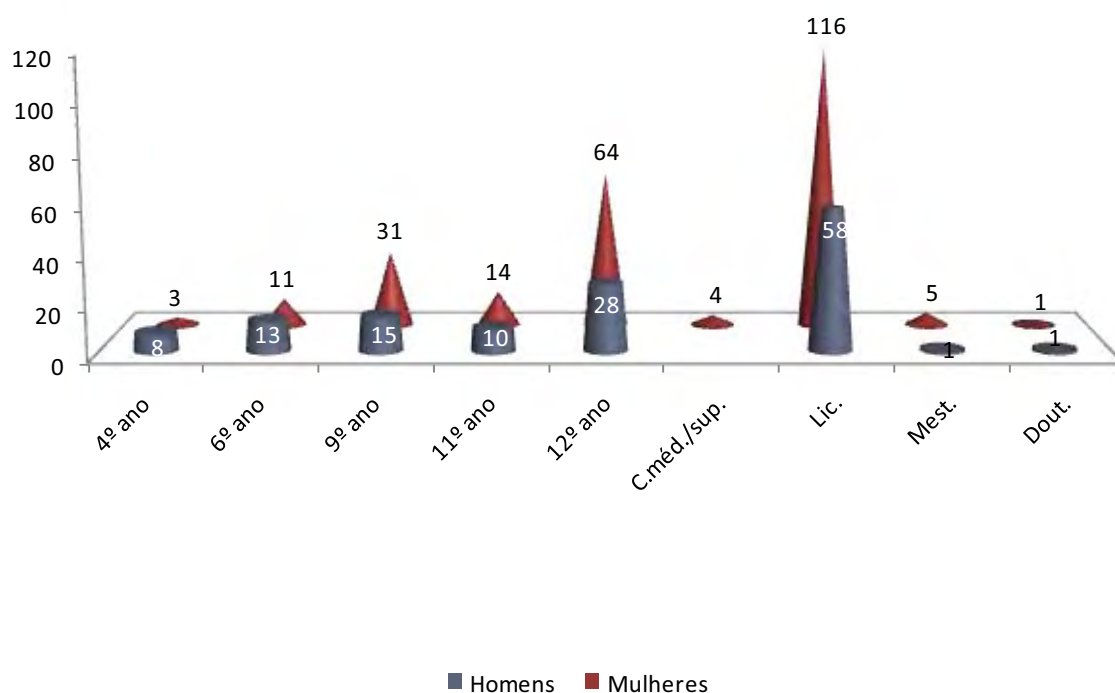
A DRHA é único serviço que apresenta trabalhadores em maior número de faixas etárias, neles se incluindo todos os trabalhadores auxiliares que prestam apoio aos Grupos Parlamentares.

3.6. – Em função do nível de escolaridade

Quadro 8 - Distribuição dos efectivos por nível de escolaridade

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	8	6,0%	3	1,2%	11	2,9%
6 anos de escolaridade	13	9,7%	11	4,4%	24	6,3%
9 anos de escolaridade	15	11,2%	31	12,4%	46	12,3%
11 anos de escolaridade	10	7,5%	14	5,6%	24	6,0%
12 anos de escolaridade	28	20,9%	64	25,7%	92	24,0%
Curso médio ou superior	0	0,0%	4	1,6%	4	1,3%
Licenciatura	58	43,3%	116	46,6%	174	44,9%
Mestrado	1	0,7%	5	2,0%	6	1,8%
Doutoramento	1	0,7%	1	0,4%	2	0,5%
Total	134	100%	249	100%	383	100%

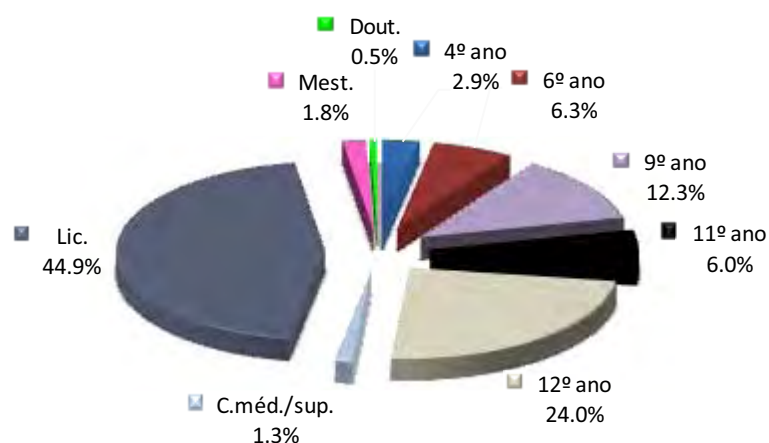
Gráfico 18 - Distribuição dos efectivos por nível de escolaridade



O **quadro 8** e o **gráfico 18** representam a distribuição dos efectivos por nível de escolaridade. Mais uma vez se constata que as habilitações do grau de licenciatura e 12.º ano são as detidas pela maioria dos trabalhadores. Na realidade, o índice de formação superior é de 47,2%, espelhando o aumento das exigências face ao elevado grau de tecnicidade.

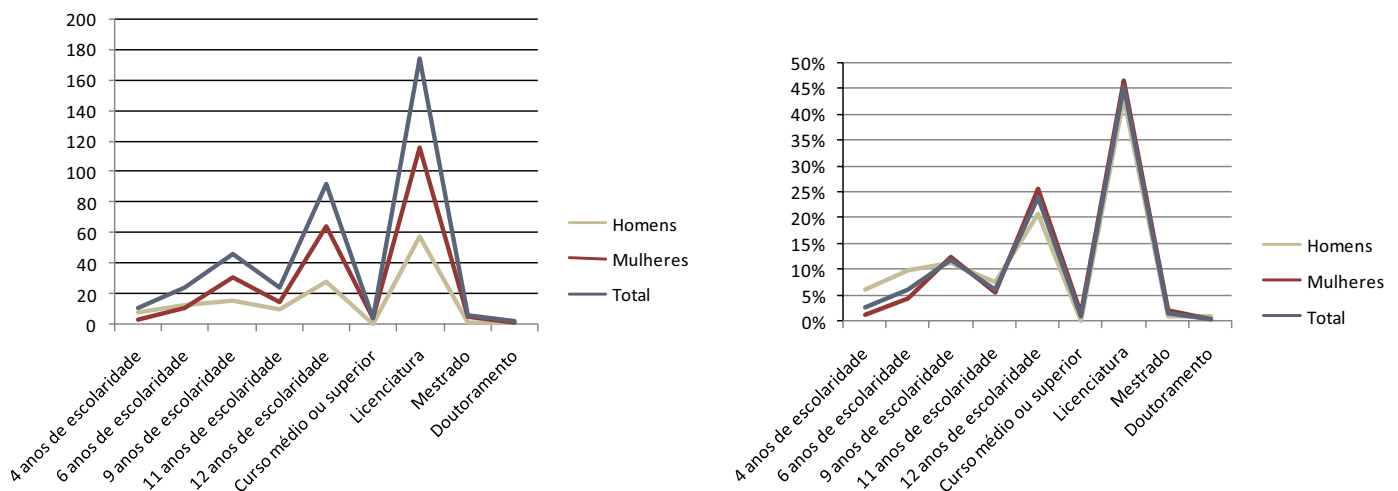
Novamente se constata a tendência de aumento do nível de escolaridade relativamente a anos anteriores, o que vem reforçar o principio de um grau de capacitações, cada vez maior, para dar resposta às contínuas necessidades dos serviços da A.R..

Gráfico 19 – Distribuição percentual dos efectivos por nível habilitacional



No que respeita a habilitações mínimas, é também evidenciado que os trabalhadores com menos do 9.º ano de escolaridade têm vindo a diminuir, situando-se em 2010 nos 9,2% do total de trabalhadores.

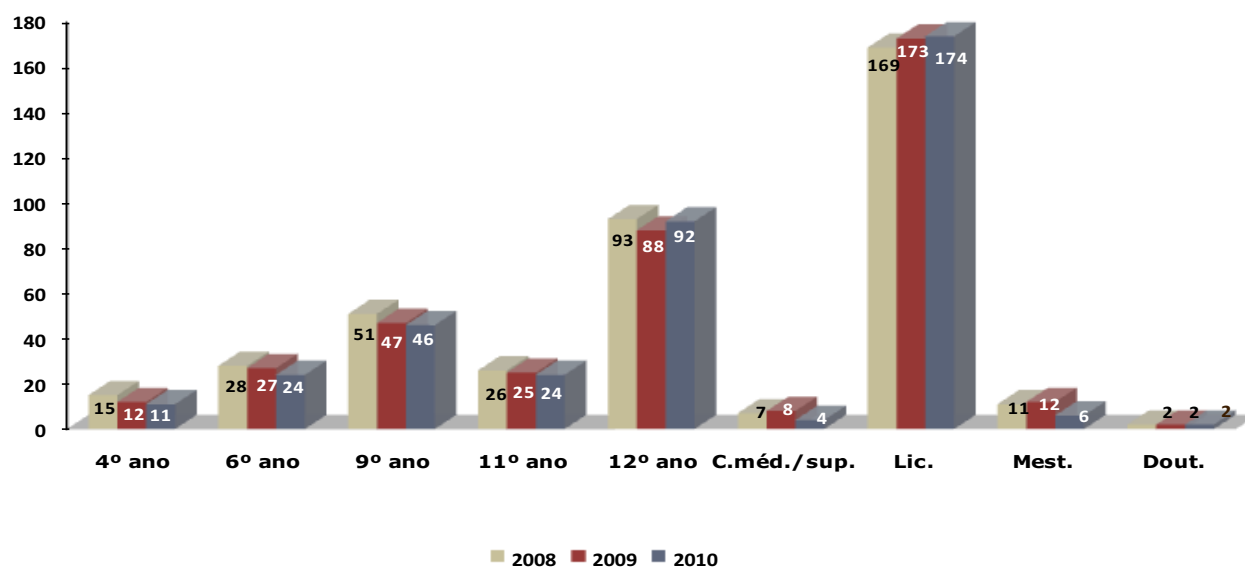
Gráfico 20 - Distribuição dos efectivos por nível de escolaridade – valores absolutos e percentagens



Os gráficos acima representados mostram que, apesar de em termos absolutos existir uma maior representatividade das mulheres em diversos níveis escolares, mais acentuada na licenciatura e 12.º ano de escolaridade, tantos homens como mulheres detêm, entre eles, em termos percentuais, níveis aproximados de escolaridade.

Verificam-se ligeiras diferenças em relação à média global verificada, registando-se que, no 4.º, e 6.º ano, os homens têm uma percentagem superior a essa média, enquanto no 12.º ano e licenciatura são as mulheres que evidenciam uma percentagem superior à média.

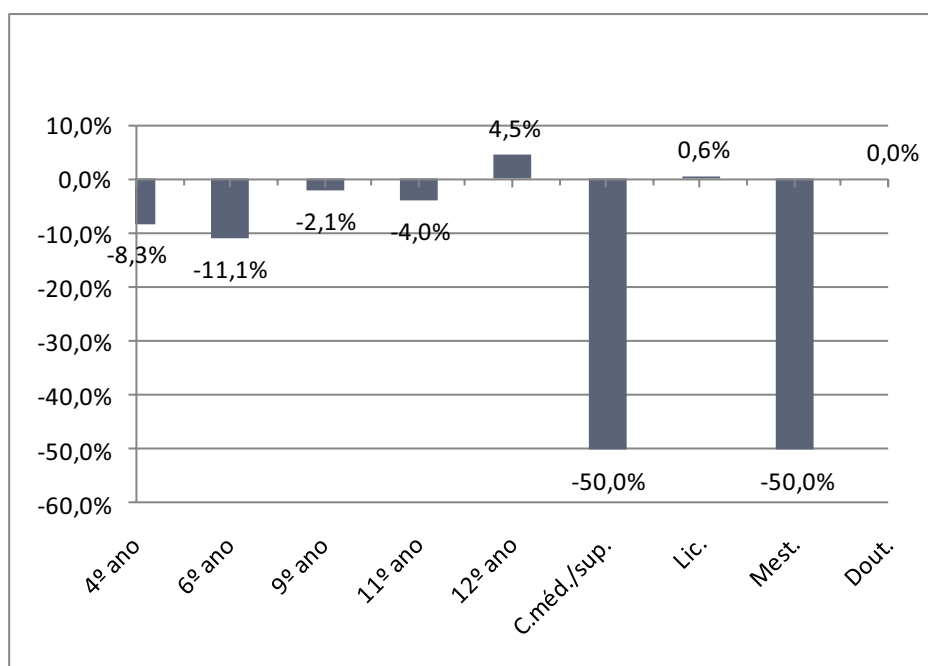
Gráfico 21 - Evolução dos efectivos por nível habilitacional



Ao longo dos 3 últimos anos, tem-se vindo a assistir a uma diminuição de trabalhadores com habilitações mínimas e a um aumento de trabalhadores com níveis habilitacionais superiores.

Esta observação tem a sua causa no esforço de qualificação dos trabalhadores, para a qual o estatuto trabalhador-estudante e respectiva comparticipação dão a sua contribuição. Para além deste factor, a aposentação de trabalhadores com níveis habilitacionais inferiores associado à exigência de habilitações superiores no ingresso de novos trabalhadores também contribui para estas alterações.

Ao facto da diminuição de habilitações inferiores corresponder em sentido inverso ao aumento de habilitações correspondentes ao 12º ano, não está dissociado do apoio dado pela Assembleia da República, através do seu Centro de Formação à frequência do programa de “novas oportunidades”.

Gráfico 22 – Evolução do nível habilitacional (2009-2010)

Assim, em síntese do que foi dito, o **gráfico 22** ilustra a diminuição de quase todos os níveis habilitacionais à exceção do 12º ano e licenciatura em que se verifica uma subida.

3.7. – Em função da antiguidade

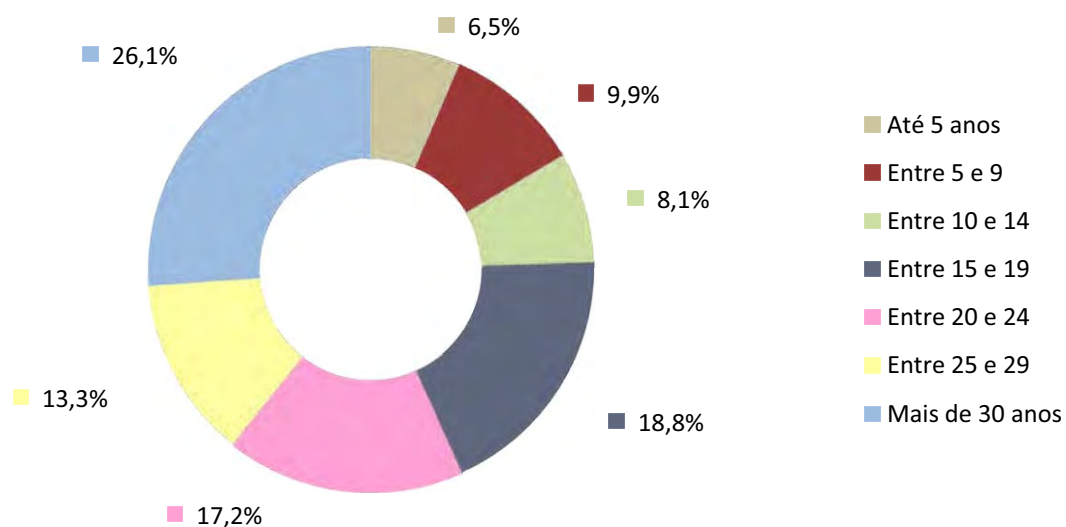
Quadro 9 – Antiguidade

	N.º trabalhadores
Até 5 anos	25
Entre 5 e 9	38
Entre 10 e 14	31
Entre 15 e 19	72
Entre 20 e 24	66
Entre 25 e 29	51
Mais de 30 anos	100

Em 2010 existiam duas classes modais bastante próximas ao nível da antiguidade: a classe de entre os 15 e 19 anos e a classe de entre 20 e 24 anos, sendo que, a maior concentração de trabalhadores situa-se na classe “mais de 30 anos”.

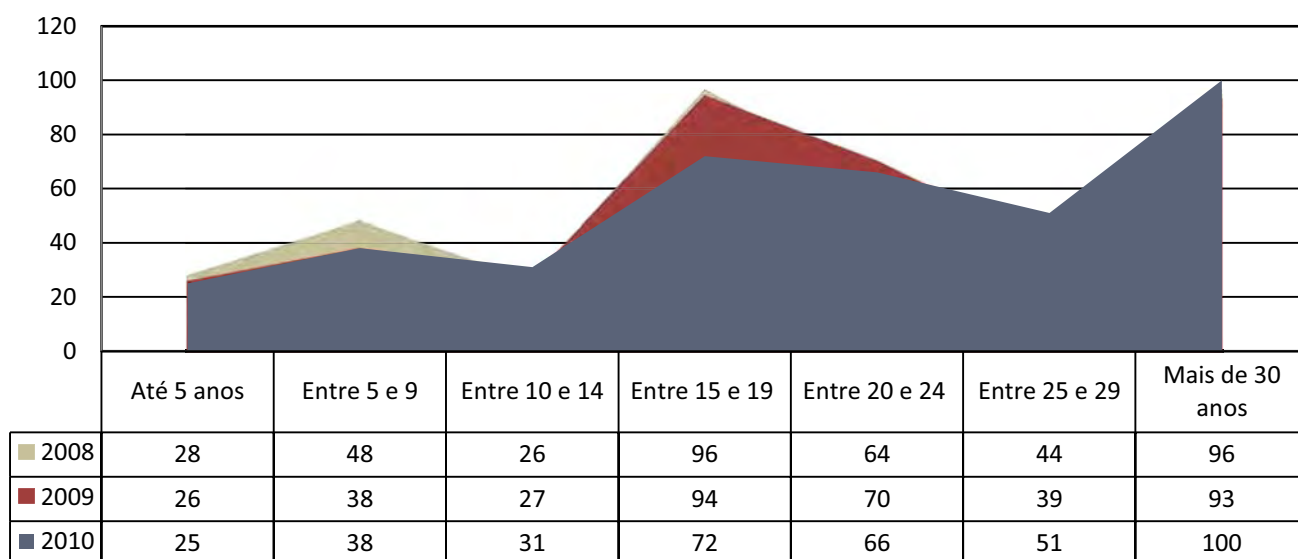
Este facto constitui um importante alerta quanto à necessidade de adopção de medidas cautelosas de gestão de recursos humanos, pois indicia que num curto espaço de tempo ¼ dos trabalhadores em efectividade de funções poderá tender para a passagem à situação de aposentação.

Gráfico 23 - Distribuição dos efectivos em função da antiguidade



Como se referiu, a classe modal de “mais de 30 anos” conta com cerca de 26% do total de trabalhadores. No intervalo “até 5 anos” contabilizam-se 6,5% de efectivos, indicando um retrocesso na renovação de trabalhadores, uma vez que este intervalo desceu 0,2% em relação a 2009.

Por outro lado a classe modal “mais de 30 anos” subiu, relativamente a 2009, 2,1%.

Gráfico 24 - Distribuição dos efectivos em função da antiguidade (2007-2009)

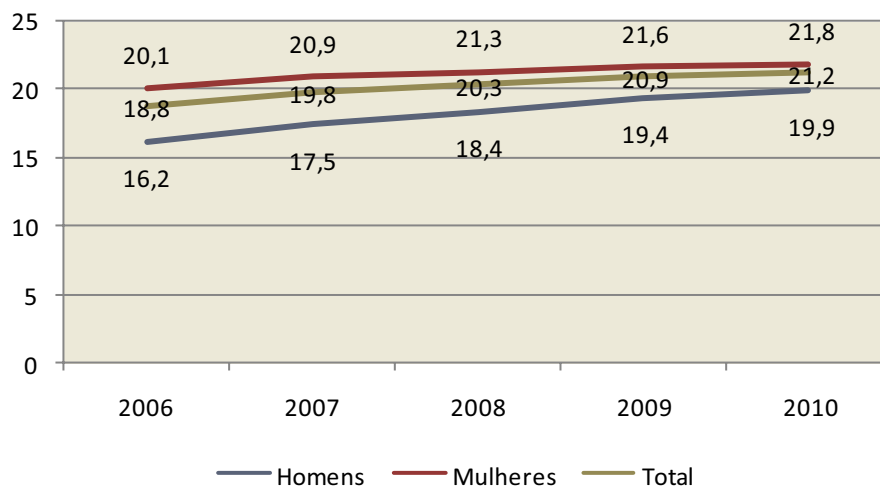
Em 2010, apenas os escalões entre 10 a 14 anos, 25 a 29 anos e mais de 30 anos tiveram um aumento do número de trabalhadores, enquanto todos os restantes mantiveram ou registaram uma diminuição.

Quadro 10 - Nível médio de antiguidade dos trabalhadores da AR por sexo

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	9	16	25
5 - 9	19	19	38
10 - 14	15	16	31
15 - 19	24	48	72
20 - 24	18	47	65
25 - 29	16	36	52
30 - 34	27	48	75
35 e mais	6	19	25
Total	134	249	383
Nível médio de antiguidade	19,9 anos	21,8 anos	21,2 anos

O **quadro 10** mostra que o nível médio de antiguidade é mais alto nas mulheres (21,8) que nos homens (19,9). Este facto já vem sendo constatado ao longo dos últimos anos como pode ser verificado pelo **gráfico 25** que se segue.

Gráfico 25 - Evolução do nível de antiguidade



Quadro 11 - Evolução do nível de antiguidade

2007	2008	2009	2010
19,8 anos	20,3 anos	20,9 anos	21,2 anos

Em 2010 o nível de antiguidade voltou a subir, desta vez em 0,3 anos, continuando assim a tendência de subida deste valor, apesar do número de aposentações ocorridas em 2010.

De notar que no ultimo triénio o nível de antiguidade subiu quase 1 ano, o que reforça a tendência de “envelhecimento” dos recursos humanos da Assembleia da República.

3.8. – Movimentos de pessoal

3.8.1 - Entradas

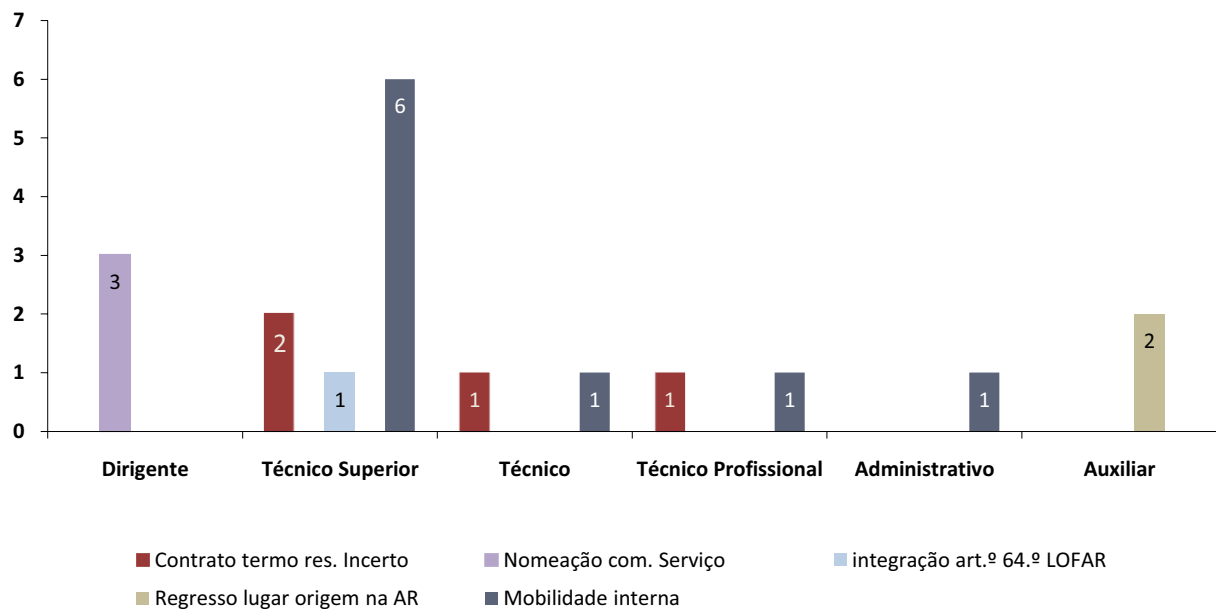
Quadro 12 – Entradas na AR

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis-trativo	Auxiliar	Operário	Total
Contrato termo res. incerto	H		1						1
	M		1	1	1				3
	T		2	1	1				4
Nomeação comissão serviço	H								
	M	3							3
	T	3							3
Integração artº 64º da LOFAR	H		1						1
	M								
	T		1						1
Regressos	H								
	M						2		2
	T						2		2
Mobilidade interna	H		4	1		1			6
	M		2		1				3
	T		6	1	1	1			9

É de assinalar que, em 2010, verificaram-se as seguintes movimentações:

- ☐ 4 trabalhadores celebraram contratos a termo resolutivo incerto;
- ☐ 1 trabalhador foi integrado no mapa de pessoal da AR por força do artigo 64.º da LOFAR;
- ☐ 1 trabalhador regressou da respectiva licença sem vencimento por 1 ano;
- ☐ 1 trabalhador regressou por cessação da sua situação de mobilidade noutra comissão de serviço;
- ☐ 2 trabalhadores foram nomeados em cargos dirigentes, em comissão de serviço, provenientes de mapas de pessoal de outros serviços;
- ☐ 9 trabalhadores iniciaram funções na AR em regime de mobilidade interna;
- ☐ 1 trabalhador foi nomeado, em comissão de serviço, para o Gabinete da Secretária Geral (Adjunta da Senhora Secretária-Geral da AR).

Gráfico 26 - Representação Gráfica do movimento



3.8.2 - Saídas

Quadro 13 - Saídas e incidência nos grupos profissionais

	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis- trativo	Auxiliar	Total
Cessaçãode mobilidade	H						
	M	1					1
	T	1					1
Saída por procedimento concursal	H						
	M	1					1
	T	1					1
Exoneração	H			1			1
	M	1					1
	T	1		1			2
Falecimento	H						
	M	1					1
	T	1					1
Cessação contrato termo resol. certo	H	1					1
	M	1	1	2			4
	T	2	1	2			5
Licença sem vencimento	H	2					2
	M			1			1
	T	2		1			3

Comissão serviço no exterior	H		1				1	
	M		1				1	
	T		2				2	
Aposentação	H	1	1	1			3	
	M		4	1	4	2	1	12
	T	1	5	2	4	2	1	15

Em 2010, verificaram-se as seguintes movimentações de saída:

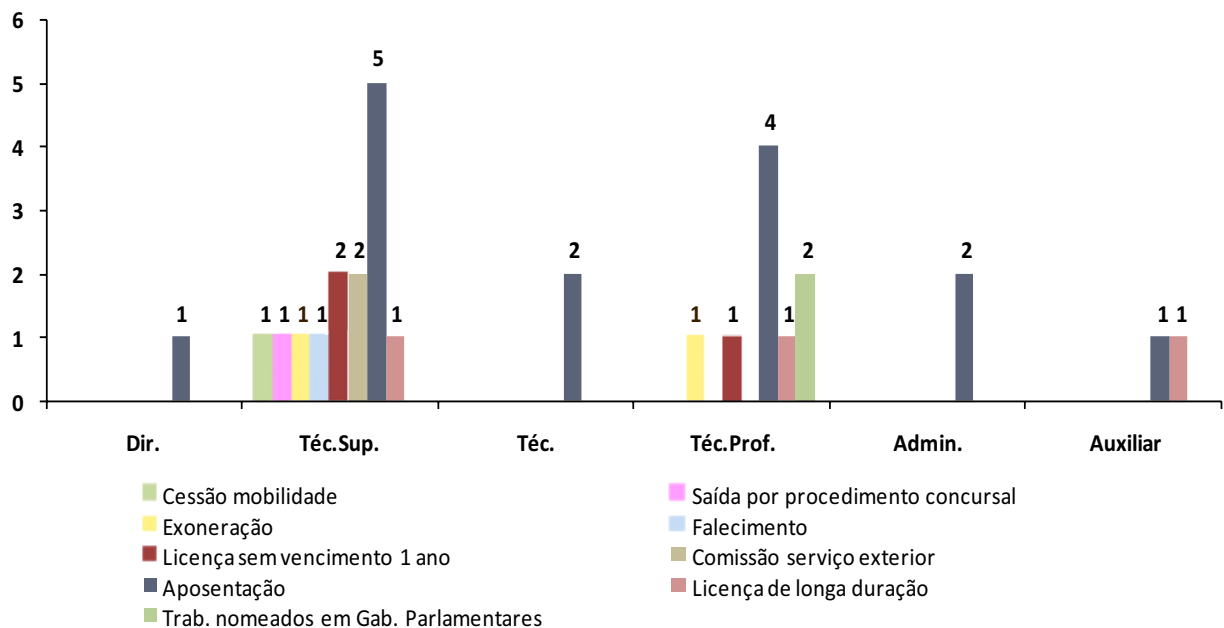
- ▣ 1 trabalhador através de procedimento concursal (período probatório);
- ▣ 2 trabalhadores exonerados a seu pedido;
- ▣ 1 trabalhador por falecimento;
- ▣ 1 trabalhador na situação de mobilidade, na modalidade de cedência de interesse público;
- ▣ 5 trabalhadores cessaram os respectivos contratos de trabalho a termo resolutivo certo;
- ▣ 15 trabalhadores por aposentação;
- ▣ 3 trabalhadores requereram licenças sem vencimento por 1 ano;
- ▣ 2 trabalhadores nomeados dirigentes, em comissão de serviço, noutros serviços.

Quadro 14 - Trabalhadores que em 2010 permaneceram no exterior

		Técnico Superior	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Licença sem Vencimento de Longa duração	H						
	M	1	1		1		3
	T	1	1		1		3
Trabalhadores Nom. Gab. Parlamentares	H						
	M		2				2
	T		2				2

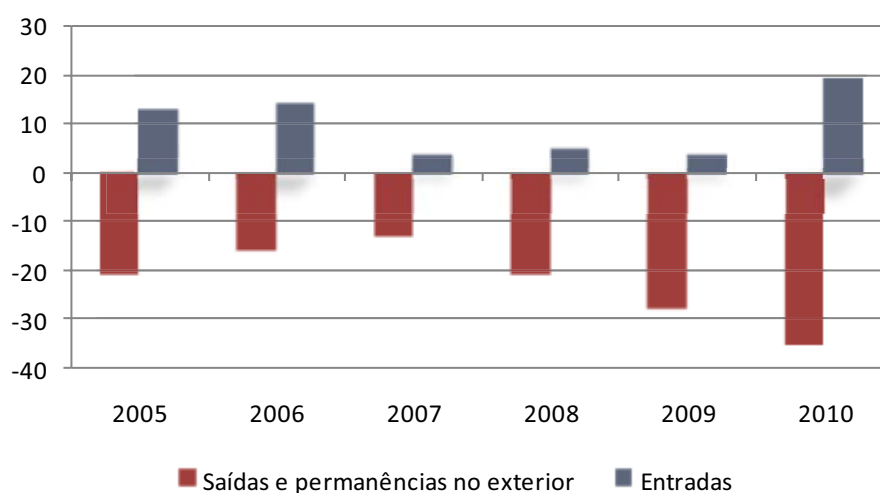
Regista-se ainda a permanência de 3 trabalhadores em licença de longa duração e 2 em exercício de funções em Gabinetes.

Gráfico 27 - Representação Gráfica dos trabalhadores que se encontravam no exterior e das saídas verificadas em 2010



Através do **gráfico 27**, concluí-se que houve movimentos de saída em todos os grupos profissionais, acentuando-se principalmente nos grupos técnico superior e técnico profissional.

Gráfico 28 – Movimento global de entradas e saídas (incluindo permanências no exterior)



Desde 2007 que se tem vindo a registar um aumento nos movimentos de saída, sendo que em 2010, para além de ser o ano em que isso mais se verifica, também é de assinalar que o número de entradas aumentou, neste caso por força dos processos de mobilidade para a UTAO.

Quadro 15 – Evolução de movimentações de pessoal

	2007	2008	2009	2010
Entradas	4	5	4	19
Saídas	2	12	22	30
Pessoal no exterior	11	9	6	5

A movimentação de saída continua em crescendo relativamente aos últimos anos, verificando-se mesmo uma subida de 36,6% comparativamente com 2009.

Quadro 16 – Evolução de movimentações internas de pessoal

		Entradas														
Saídas		DRAA	DILP	DRHA	DAC	DSATS	CIC-RP	DAPAT	Gab. Sec. Mesa	GP's	BIB	DAPLEN	DRI	DRHA (Aux)	DP	
	AHP	1	1	1												
	BIB				1									1		
	DAC	1				2										
	DE						1									
	DGF				1											
	DRAA								1							
	DRHA (aux)									2	1	1				
	DRI				2											
	DSDIC		1													
	GARIP												2		1	
	GP's (Aux)													2		

3.9. – Evoluções na carreira e na categoria

Quadro 17 – Alterações na carreira e categoria

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis- trativo	Auxiliar	Total
Mudanças de carreira	H			3				3
	M			2				2
	T			5				5
Alterações posicionamento remuneratório	H						1	1
	M			1		1		2
	T			1		1	1	3
Acesso na Carreira	H		6	1	7			14
	M	3	34	8	18	2		65
	T	3	40	9	25	2		79

Em 2010 ocorreram 3 alterações de posicionamento remuneratório na categoria, e ainda 5 mudanças da carreira técnico-profissional para a carreira técnica.

Ocorreram igualmente 79 promoções, a maioria das quais ainda em consequência da finalização de procedimentos concursais cuja proposta de abertura foi autorizada em 2009.

Quadro 18 – Procedimentos concursais - 2010

Internos de acesso limitado	15
Externo	12
Total	27

Deu-se em 2010 continuidade aos concursos cuja abertura fora autorizada em 2009 (num total de 25), tendo-se igualmente procedido à abertura de 15 novos concursos internos de acesso limitado nas seguintes áreas:

- arquivo – 1 concurso;
- economia – 1 concurso;
- gestão e administração pública – 1 concurso;

- jurídica – 2 concursos
- redacção – 2 concursos;
- relações públicas – 1 concurso;
- tradução – 1 concurso;
- técnica – 2 concursos
- Técnico-profissional – 4 concursos;

Estes possibilitaram, no ano de 2010, o acesso à categoria superior de 79 trabalhadores o que corresponde a uma melhoria de situação profissional de 20,6% dos trabalhadores da AR. ou 22% considerando as mudanças de carreira.

Relativamente aos 12 concursos externos, cujas autorizações de abertura se repartiram entre 2009 e 2010, registou-se o seguinte processo evolutivo:

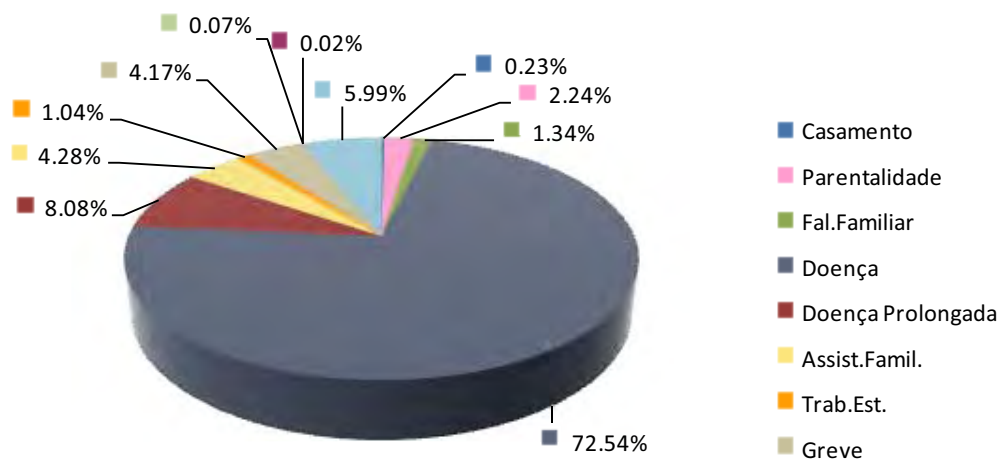
- foram concluídos 4 concursos, respeitantes a 4 contratações de trabalhadores a termo resolutivo incerto: 2 técnicos superiores (1 para DP e 1 para a DRAA), 1 técnico (DRAA) e 1 adjunto (CAJP);
- Foi anulado 1 concurso para o preenchimento de 7 postos de trabalho de auxiliar parlamentar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- à data de 31 de Dezembro de 2010, dos 12 concursos externos abertos para a contratação de trabalhadores, 7 encontravam-se em curso: 4 concursos a termo resolutivo incerto – 1 técnico superior de jornalismo e 3 (2+1) adjuntos (DRAA) e 2 adjuntos (DAPAT); 3 concursos para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – 2 técnicos superiores de economia (DGF), 1 técnico superior de gestão e administração pública (CNPMA) e 1 técnico superior de relações internacionais (DP).

3.10. – Absentismo

Quadro 19 - Absentismo/Causas
(em dias)

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Enf.	Total
Casamento	H									
	M		11				11			22
	T		11				11			22
Parentalidade	H		21							21
	M		153				38			191
	T		174				38			212
Falecimento de Familiar	H		8	3	9	1	23			44
	M	5	26	7	14	28	3			83
	T	5	34	10	23	29	26			127
Doença	H		350	229	371	72	435	3		1460
	M		1661	482	962	1729	542	29	3	5408
	T		2011	711	1333	1801	977	32	3	6868
Doença Prolongada	H		202							202
	M			228	62	273				563
	T		202	228	62	273				765
Assistência a Familiares	H		13	12	78		37			140
	M		91	9	41	91	33			265
	T		104	21	119	91	70			405
Trabalhador Estudante	H				13					13
	M	1	14		43	13	14			85
	T	1	14		56	13	14			98
Greve	H	6	44	4	29	3	47	9		142
	M	8	97	17	49	54	23	4	1	253
	T	14	141	21	78	57	70	13	1	395
Com perda do Vencimento	H		1		6					7
	M									
	T		1		6					7
Injustificadas	H				2					2
	M									
	T				2					2
Outras	H		15	1	13	1	15	4		49
	M	2	330	11	56	30	87	1	1	518
	T	2	345	12	69	31	102	5	1	567
TOTAIS	T	22	3037	1003	1748	2295	1308	50	5	9468

Gráfico 29 – Percentagens por tipo de absentismo



Ao longo de 2010, registaram-se 9.468 dias de ausência ao serviço. O gráfico acima mostra que a grande maioria ocorreu por motivo de doença (72,54%), seguindo-se outras ausências devidamente justificadas (5,99%) e a assistência a familiar (4,28%).

Nas ausências por motivo de doença, a adicionar-se o factor doença prolongada, regista-se mais de 80% do absentismo verificado na AR.

Salienta-se que, em relação a 2009, se verificou um acréscimo no número de dias de absentismo de 10,58%.

Gráfico 30 - Absentismo – Representação Gráfica: principais causas e distribuição por grupos profissionais, relativamente ao total de efectivos

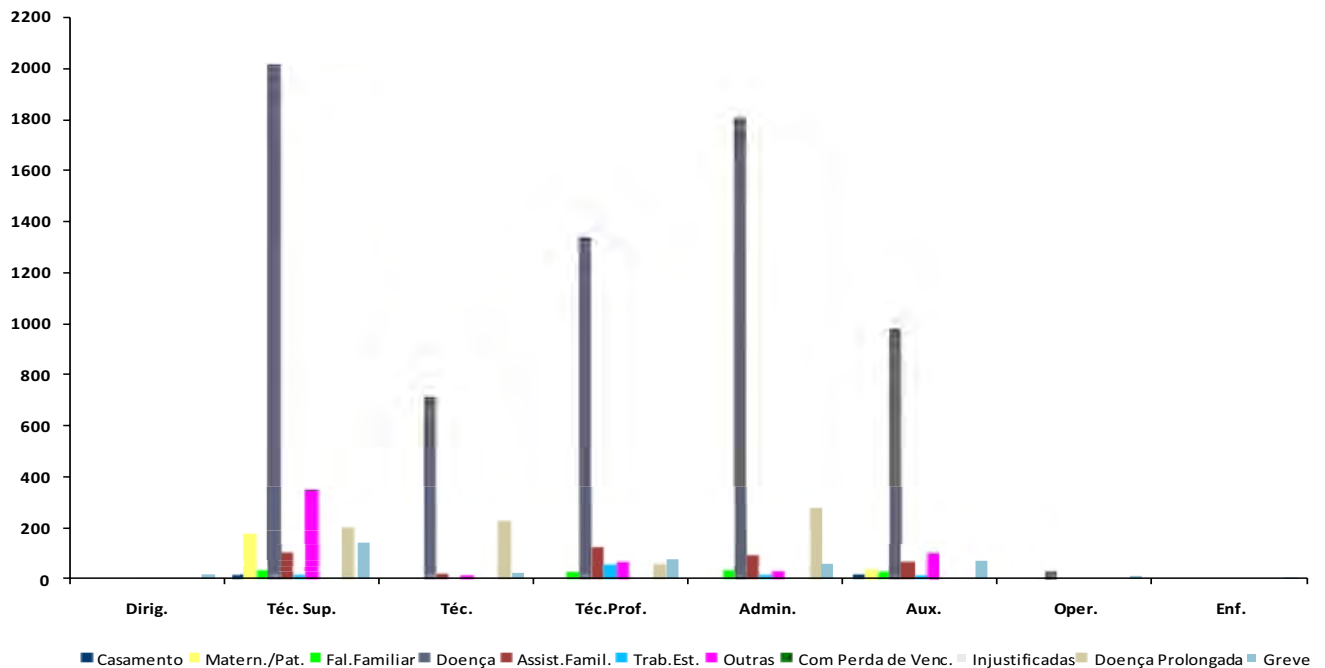
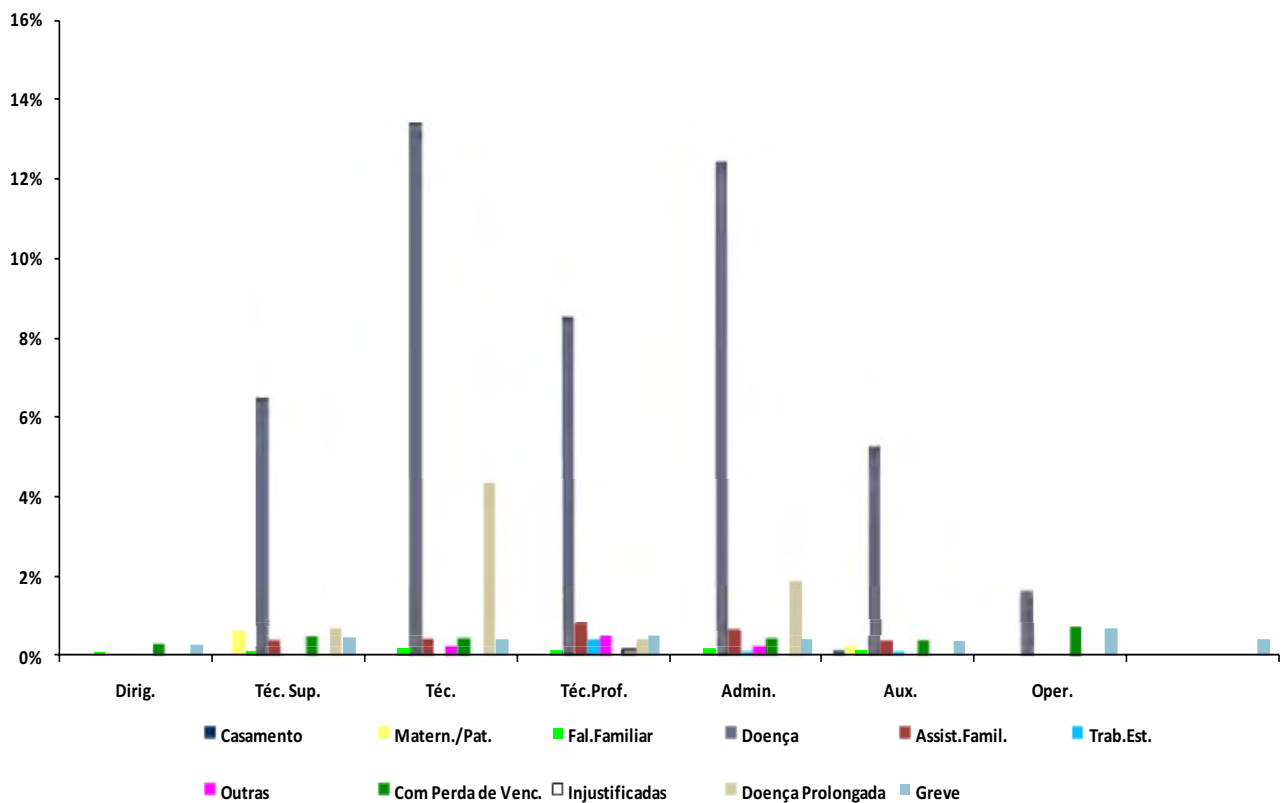


Gráfico 31 - Percentagem do absentismo relativamente ao número de efectivos por grupo profissional



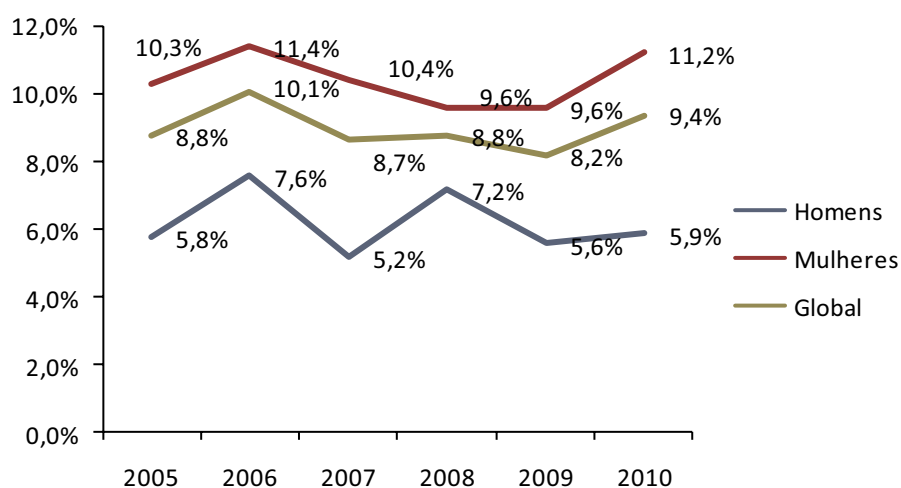
Tanto o grupo administrativo como técnico superior foram os que registaram maior número de ausências por doença. No entanto, face ao número de trabalhadores de cada grupo profissional, o grupo de pessoal técnico foi o que registou maior percentagem de ausências do tipo doença.

Para além da ausência por doença, a doença prolongada aparece com alguma relevância, assim como a assistência à família.

Quadro 20 - Evolução da taxa de absentismo

2006	2007	2008	2009	2010
10,1 %	8,7 %	8,8%	8,2%	9,4%

Gráfico 32 - Evolução da taxa de absentismo global e por sexo

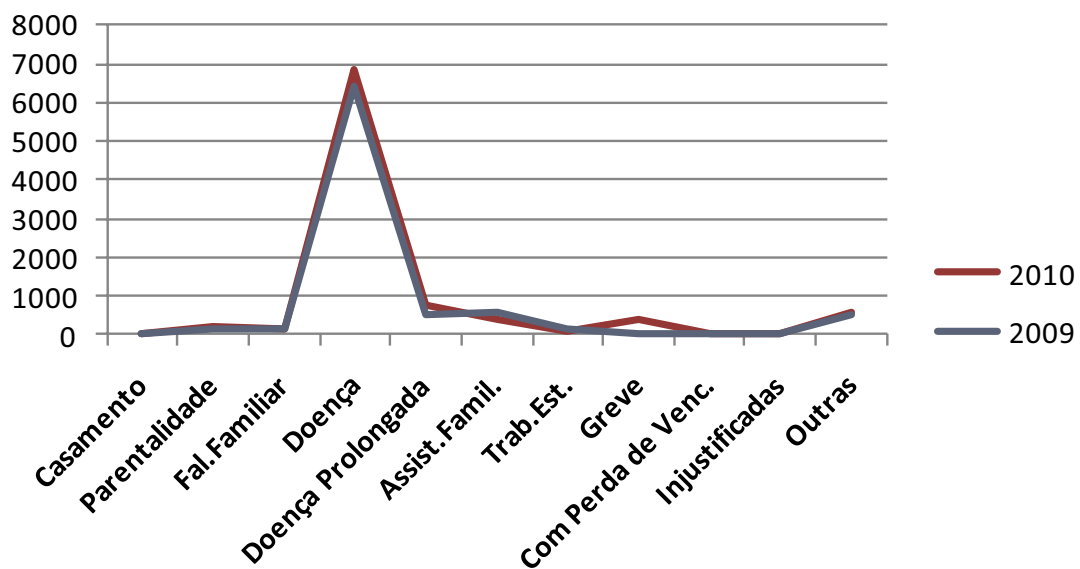


Os valores de absentismo, registaram um decréscimo significativo de 2006 para 2007, com uma ligeiríssima subida em 2008, voltando a diminuir relativamente a 2009. Assiste-se em 2010, a um novo aumento da taxa de absentismo – 1,2% relativamente a 2009.

A taxa de absentismo nas mulheres teve um incremento 1,6% relativamente a 2009, mantendo-se os homens praticamente nos mesmos valores.

Conclui-se assim que o aumento registado ao nível feminino foi o que mais contribuiu para o aumento da taxa global de absentismo.

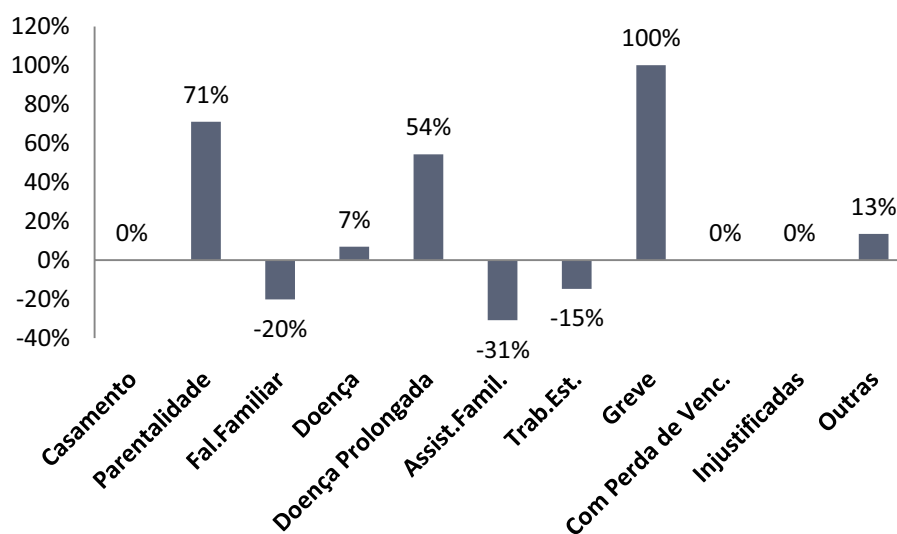
Gráfico 33 - Evolução do número de dias de ausência por tipo



Ao analisar-se as causas de absentismo, comparando 2009 com 2010, verifica-se, sobretudo:

- diminuição nas faltas por falecimento de familiar, assistência a familiares e trabalhador estudante;
- manutenção do número de dias de ausência, nas faltas dadas por motivos de casamento, com perda de vencimento e injustificadas;
- Aumento nos demais tipos de faltas, com particular incidência no caso das faltas por greve.

Gráfico 34 - Evolução da percentagem de ausências por tipo



O gráfico acima mostra a evolução de ausências em termos percentuais.

A sua leitura evidencia o que anteriormente foi referido, destacando-se agora o peso percentual que essas oscilações provocaram em cada tipo de falta.

Os maiores valores, positivo e negativo, registados, dizem respeito às ausências por “assistência a familiares” com um decréscimo de 31% e ao aumento averbado ao nível das faltas por greve com um incremento de 100%. De notar que este valor resulta de uma ação levada a cabo pelo Sindicato dos Funcionários Parlamentares.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 21 - Formação Profissional – N.º de participações em acções de Formação

	Menos de 30 horas	de 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	Mais de 120 horas	Total
Internas	763	35			798
Externas	125	11	4	1	141
Total	888	46	4	1	939

Em 2010 registaram-se 939 participações em acções de formação, das quais 94,6% das acções realizadas foram de curta duração – menos de 30 horas.

Regista-se que 85% das acções levadas a efeito decorreram nas instalações da Assembleia da República e apenas 15% se realizaram no exterior.

Gráfico 35 - Representação Gráfica

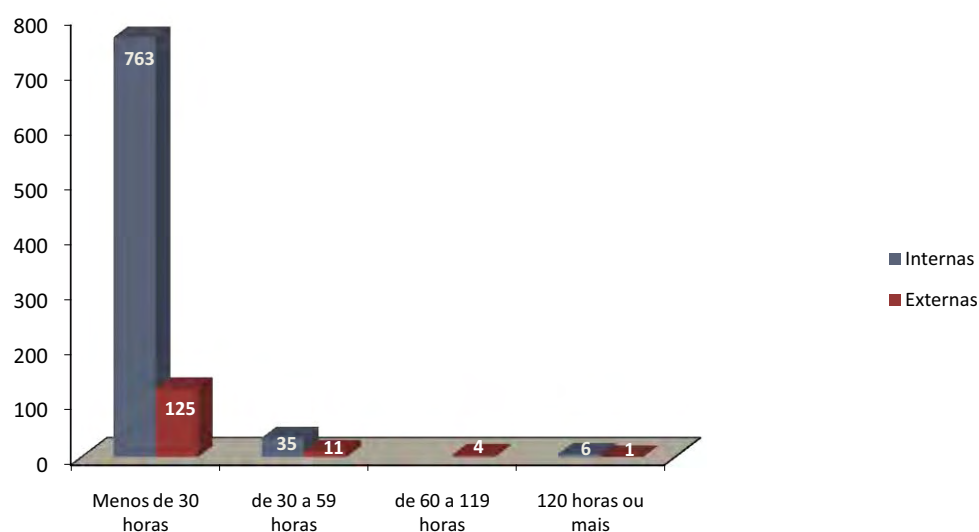
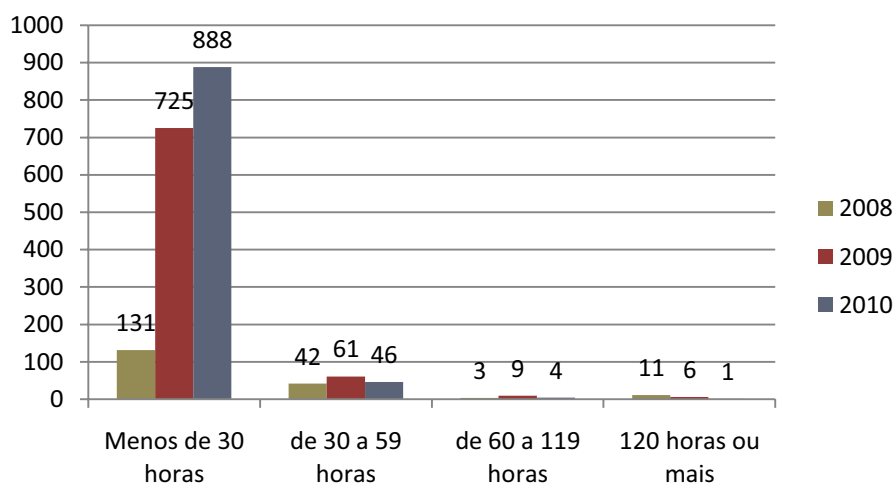
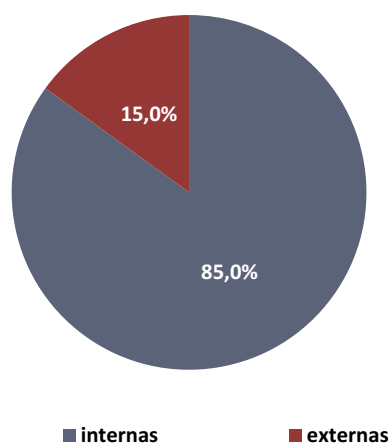


Gráfico 36 – Evolução do n.º de participações em acções de formação

Em 2010, comparativamente com o ano anterior, houve um maior número de participações em acções de formação (17,2%), dele se destacando o aumento nas acções de menor duração, isto é, acções com menos de 30 horas. Em todas as demais registou-se um decréscimo.

Gráfico 37 - Formação interna e externa

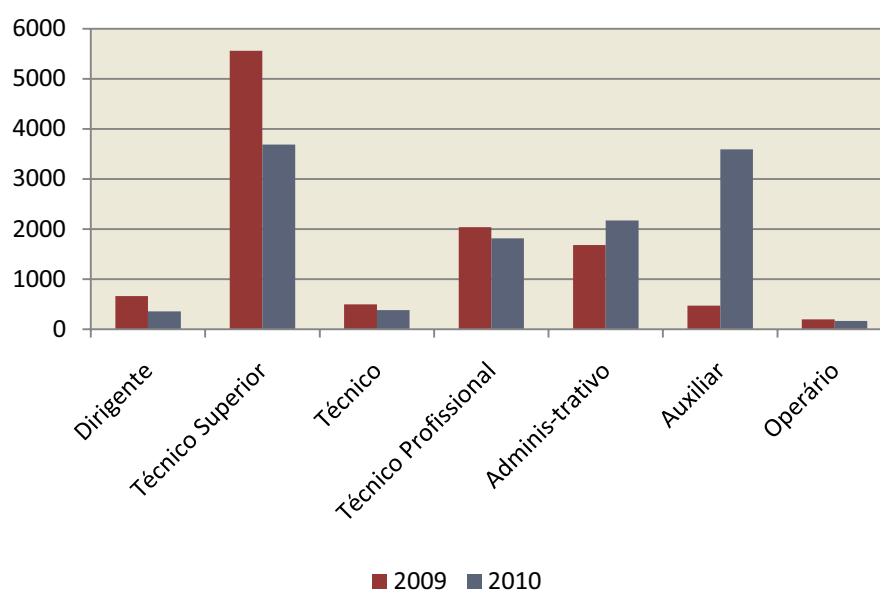
Quadro 22 - Horas de Formação por Grupo Profissional

	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis-trativo	Auxiliar	Operário	Total
Horas de Formação Internas	110	2.052	282	1.341	2.099	3.568	163	9.615
Horas de Formação Externas	246	1.637	97	400	72	24		2.476
Horas e-learning				72				72
TOTAL	356	3.689	379	1.813	2.171	3.592	163	12.163

O **quadro 22** mostra que o grupo técnico superior é o que detém maior número de horas de formação profissional, seguindo-se, com um número aproximado, o grupo auxiliar, sendo contudo de relevar que se tratam de dois dos grupos profissionais que integram maior número de trabalhadores.

Ao analisar-se as horas de formação por áreas, constantes do **quadro 23**, verifica-se que a formação para o pessoal auxiliar, novas oportunidades, informática e línguas são as que apresentam as mais elevadas taxas de participação.

Gráfico 38 - Horas de Formação por Grupo Profissional – Evolução comparativa



Quadro 23 - Horas de Formação por Grupo Profissional e Áreas

	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Adm. Pública		35		30				65
Assuntos Jurídicos	39	308						347
Assuntos Europeus	14	205						219
Atitudes Comportamentais		169	28	129	140	42		508
Rel. Públicas Protocolo		90						42
BAD	63	210	90	197	72	24		656
Novas Oportunidades				120	180	1.020	60	1.380
Form. Téc. Sup. E Técnicos		721	140					861
Form. Adjuntos Parlamentares				488				488
Form. Secretários Parlamentares					957			957
Form. Pessoal Auxiliar						2.234		2.234
Gestão Financeira		167		21				18
Gestão Recursos Humanos		4		14				33
História da Arte	36	140	46	28	82			332
Informática	33	530	27	429	248	105	30	1.402
Línguas	38	816	48	357	492	167	73	1.991
Organização/ Métodos		24						24
Museu Conservação	56	49						105
Património	70	166						236
Pessoal Dirigente	7	30						37
Ambiente		25						25
TOTAL	356	3.689	379	1.813	2.171	3.592	163	12.163



HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

5. – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

5.1. – Acidentes de Trabalho

Quadro 24 - Caracterização dos acidentes de trabalho e relação com o número de dias de baixa

HIGIENE E SEGURANÇA						
Acidentes de trabalho	Número de casos sem baixa	Número de casos com baixa			Total geral de casos	Total de dias com baixa
		< 10 dias	10-20 dias	> 20 dias		
<i>In Itinere</i>	2		1	1	4	89
No local de trabalho	7	1		4	12	477
Total	9	1	1	5	16	566

Em 2010 registaram-se um total de 16 acidentes de trabalho, dos quais 4 ocorreram *in itinere* e 12 no próprio local de trabalho. Destes 16 acidentes, 9 não originaram ausências ao serviço, sendo que os restantes 7 motivaram 566 dias de ausência.

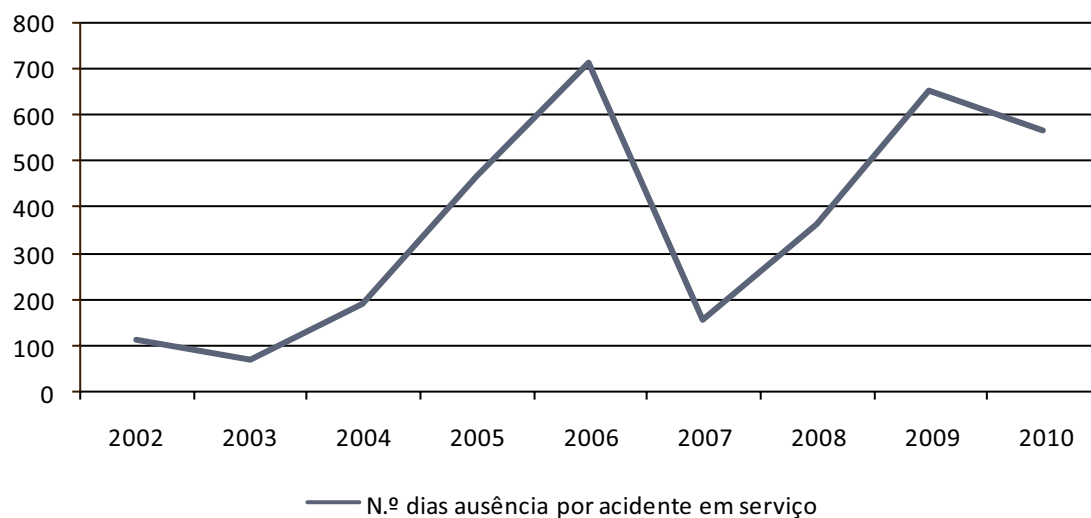
Registaram-se ainda 7 dias de ausência imputáveis a acidente em serviço ocorrido em 2009, tendo a alta vindo a verificar-se já em 2010.

Quadro 25 - Evolução dos acidentes em serviço

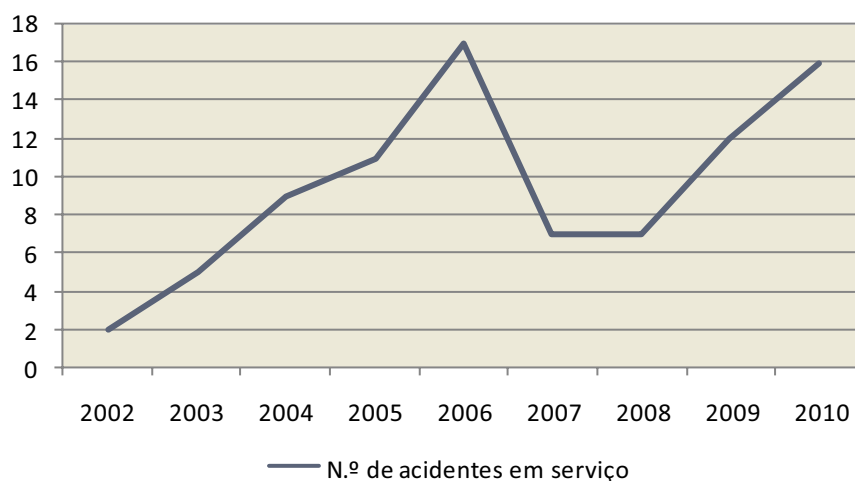
2007	2008	2009	2010
7	7	12	16
156 dias de baixa	366 dias de baixa	655 dias de baixa	573 dias de baixa

As ausências por motivo de acidente de trabalho registaram, em 2010 um decréscimo de 14,3% relativamente ao ano de 2009, no que se refere ao número de dias de baixa.

A taxa de incidência de acidentes de trabalho situa-se nos 4,18%, e reflecte o número de acidentes sobre o total de trabalhadores do mapa de pessoal.

Gráfico 39 – Evolução de ausências por acidente em serviço

Assim, o **gráfico 39** mostra que desde 2003 o número de ausências por acidente de trabalho tem vindo a aumentar, registando o seu pico máximo em 2006. Em 2007 teve uma queda acentuada voltando a subir de novo em 2009. Em 2010 regista-se uma ligeira quebra face ao ano anterior mas ainda assim próximo dos valores mais elevados.

Gráfico 40 – N.º de acidentes em serviço

O **gráfico 40** demonstra a evolução do número de acidentes em serviço, registando-se o seu crescimento nos últimos 2 anos.

5.2. – Doenças Profissionais

Em 2010, registaram-se ausências por motivo de doença profissional, num cômputo de 155 dias de faltas, resultantes de 1 processo iniciado em 2009.

O Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais qualificou em 2010, dois processos de doença profissional, os quais resultaram na atribuição de graus de desvalorização de 5% e 8%, remissíveis em capital.

2009	2010
2	0
242 dias de baixa	155 dias de baixa

5.3. – Gabinete Médico

A Assembleia da República possui um Gabinete Médico e de Enfermagem, nele tendo prestado serviço em 2010, 1 enfermeira e 4 médicos, a primeira em regime de mobilidade interna, 1 médico na decorrência da contratação destes serviços a uma empresa e os restantes 3 médicos em regime de contrato de avença, resultando dos respectivos termos contratuais o tipo de cuidados médicos, a periodicidade e a duração da prestação semanal desses serviços.

Quadro 26 - Gabinete médico e de enfermagem

	Médico	Enfermeira	Total
Requisitados		1	1
Empresa	1		1
Contratados	3		3
TOTAL	4	1	5

O GME ao longo do ano de 2010, praticou 3.710 actos médicos, o que dá uma média diária de atendimento de 14,6 utentes/dia.

No que respeita à parte de Enfermagem, foram praticados 5.050 actos, originando uma média de 20,2 actos de enfermagem por dia.



ENCARGOS FINANCEIROS E LEQUE SALARIAL

6. – ENCARGOS FINANCEIROS E LEQUE SALARIAL

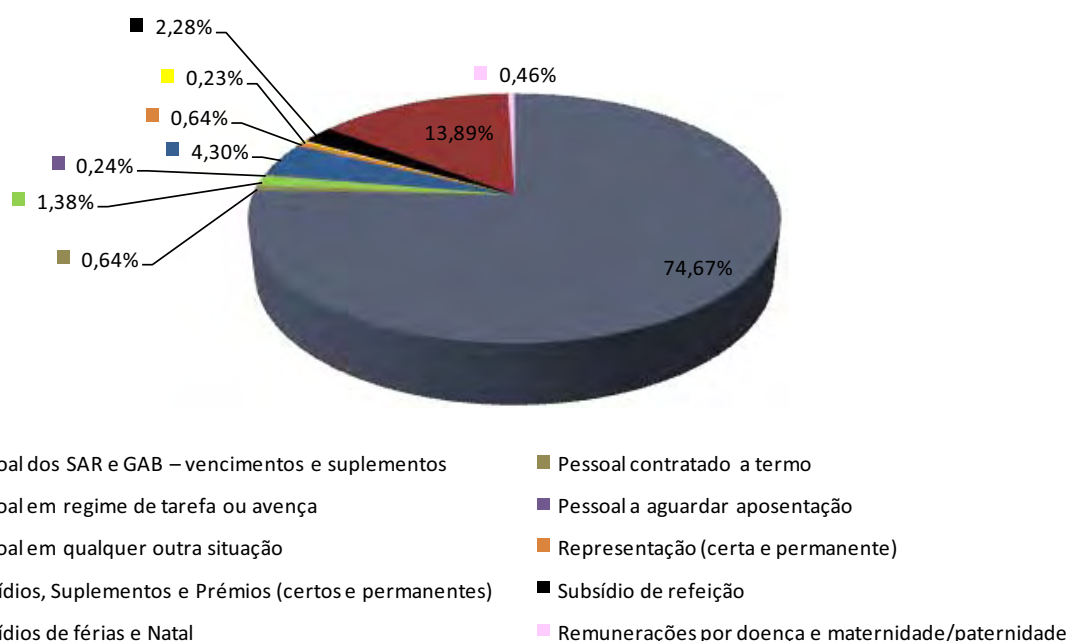
6.1 – Encargos financeiros

Os **encargos financeiros permanentes** e respectivas despesas encontram-se especificadas no quadro seguinte:

Quadro 27 – Encargos financeiros permanentes – Executado em 2010

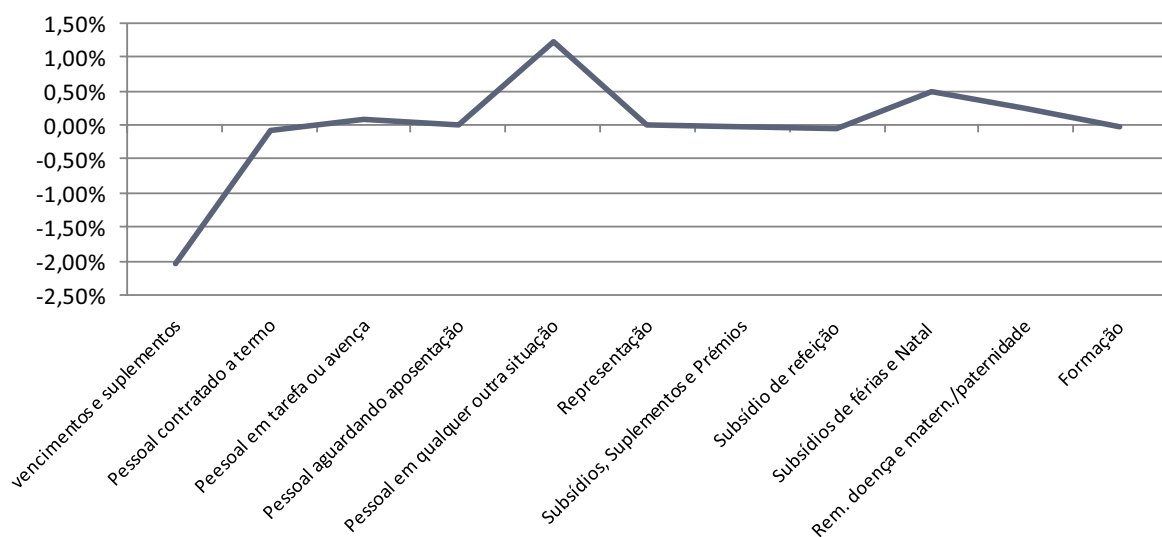
Encargos com os serviços da A.R.	Euro	Percentagem
Pessoal dos SAR – vencimentos e suplementos	11.282.970,93	74,67%
Pessoal contratado a termo	96.548,03	0,64%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	208.724,71	1,38%
Pessoal aguardando aposentação - SAR	36.318,48	0,24%
Pessoal em qualquer outra situação	649.612,61	4,30%
Representação (certa e permanente)	96.362,80	0,64%
Subsídios, Suplementos e Prémios (certos e permanentes)	34.905,72	0,23%
Subsídio de refeição – Pessoal dos SAR	345.556,75	2,28%
Subsídios de férias e Natal – Pessoal dos SAR	2.098.506,82	13,89%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (SAR)	69.167,89	0,46%
Formação	192.359,42	1,27%
TOTAL	15.111.034,16	100 %

Gráfico 41 – Representação gráfica



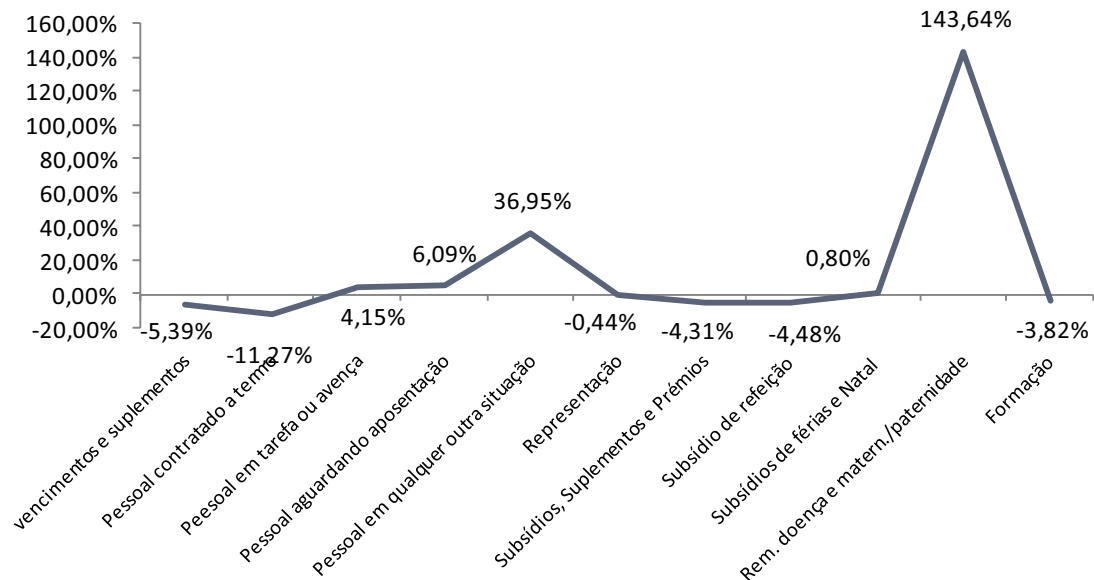
O total dos encargos financeiros permanentes apresenta um montante de 15.111.034,16€, sendo que os vencimentos e suplementos representam a maior percentagem desse valor, concretamente traduzindo-se em 74,67%. Segue-se o subsídio de férias e Natal com 13,89%. Os restantes encargos assumem um valor de aproximadamente 11% do total deste tipo de encargos.

Gráfico 42 – Variação da distribuição dos encargos financeiros



O gráfico 42 permite constatar que a rubrica de vencimentos e suplementos é a que apresenta uma maior variação negativa no peso destes encargos financeiros.

Em sentido contrário encontramos as despesas com pessoal em qualquer outra situação que apresenta a maior variação positiva, isto é, têm maior peso no total de encargos financeiros permanentes.

Gráfico 43 – Variação de encargos financeiros permanentes (2009/2010)

O **gráfico 43** acima mostra que os encargos com remunerações por doença e maternidade/paternidade foram os que mais se destacaram com um aumento de 143,64% face a 2009. Seguem-se os encargos relativos ao pessoal em qualquer outra situação, com um aumento de 36,95%.

Destaca-se, ainda, a descida em 11,27% com pessoal contratado a termo.

No que se refere à taxa global de execução, face ao montante inscrito no OAR suplementar 2010, os encargos financeiros permanentes apresentam em 2010 uma execução média de 87,50%, o que espelha o rigor na elaboração do OAR 2010, bem como nos actos de gestão praticados.

Quadro 28 – Encargos financeiros variáveis – Executado em 2010

Encargos com os serviços da Assembleia da República		
Abonos variáveis ou eventuais	Euro	Percentagem
Trabalhos em dias de descanso e feriados - SAR	201.389,28	7,31%
Alimentação	103.916,91	3,77%
Alojamento	36.277,27	1,31%
Transportes	48.513,25	1,76%
Ajudas de custo – funcionários SAR e GAB	101.107,90	3,67%
Abono para falhas	4.931,77	0,18%
Outros abonos em numerário ou espécie	14.813,11	0,54%
Contribuições para a segurança social – (SAR)	182.352,47	6,61%
Outras despesas de segurança social – CGA (SAR)	2.028.263,38	73,57%
Deslocações – viagens	19.922,89	0,72%
Estadas	15.338,85	0,56%
TOTAL	2.756.827,08	100 %

Relativamente aos encargos financeiros variáveis, representados no **quadro 28**, o valor que assume maior expressão são as despesas de segurança social – CGA (comparticipação da AR), que representa 73,57% do total destes encargos. A distribuição destes valores é representada no gráfico abaixo.

Gráfico 44 - representação gráfica da distribuição dos encargos financeiros variáveis

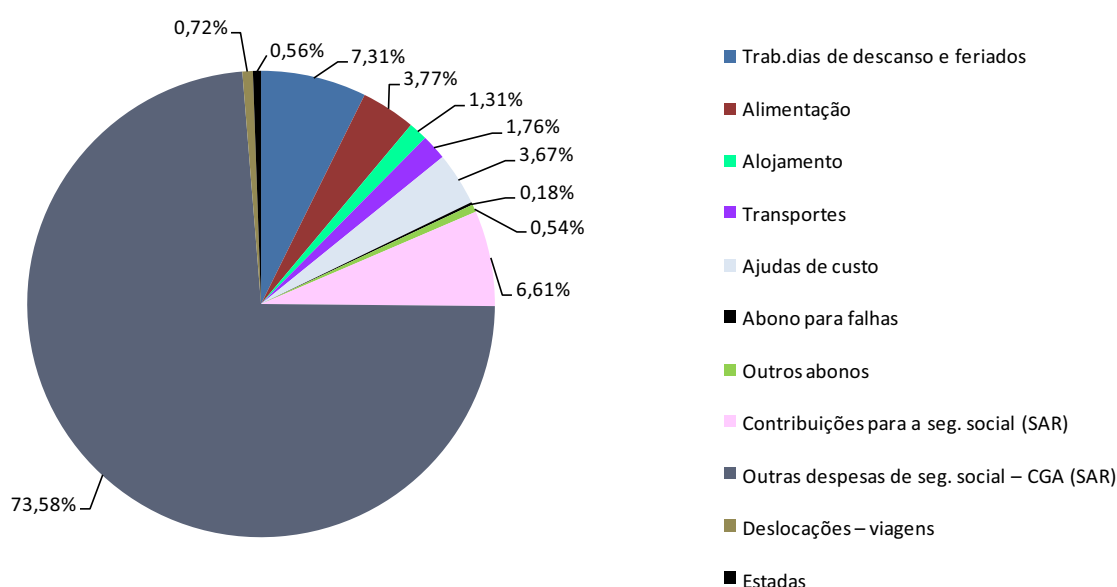
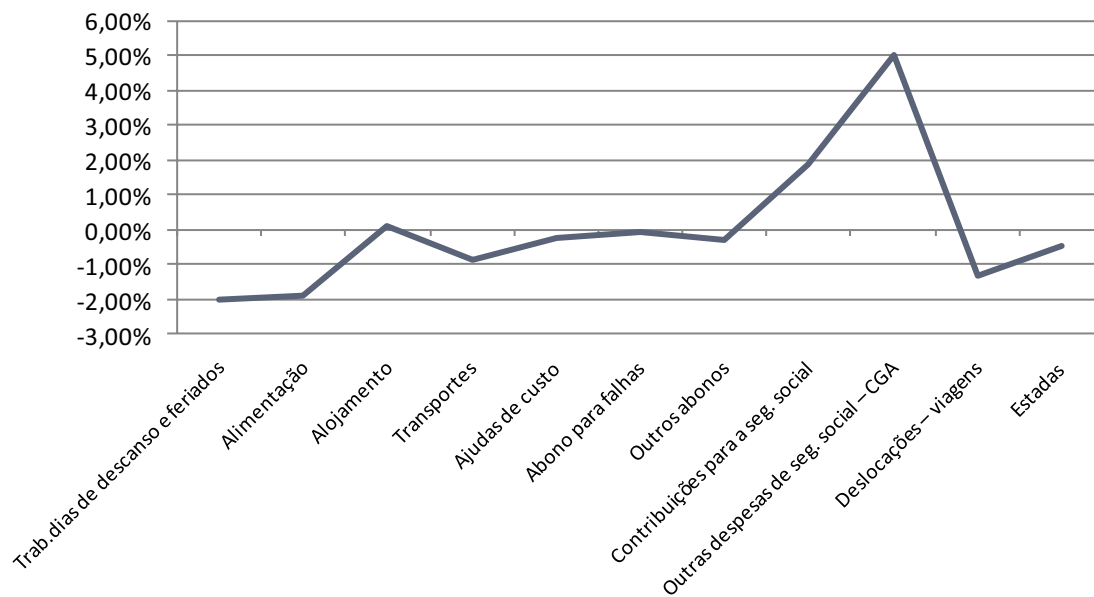
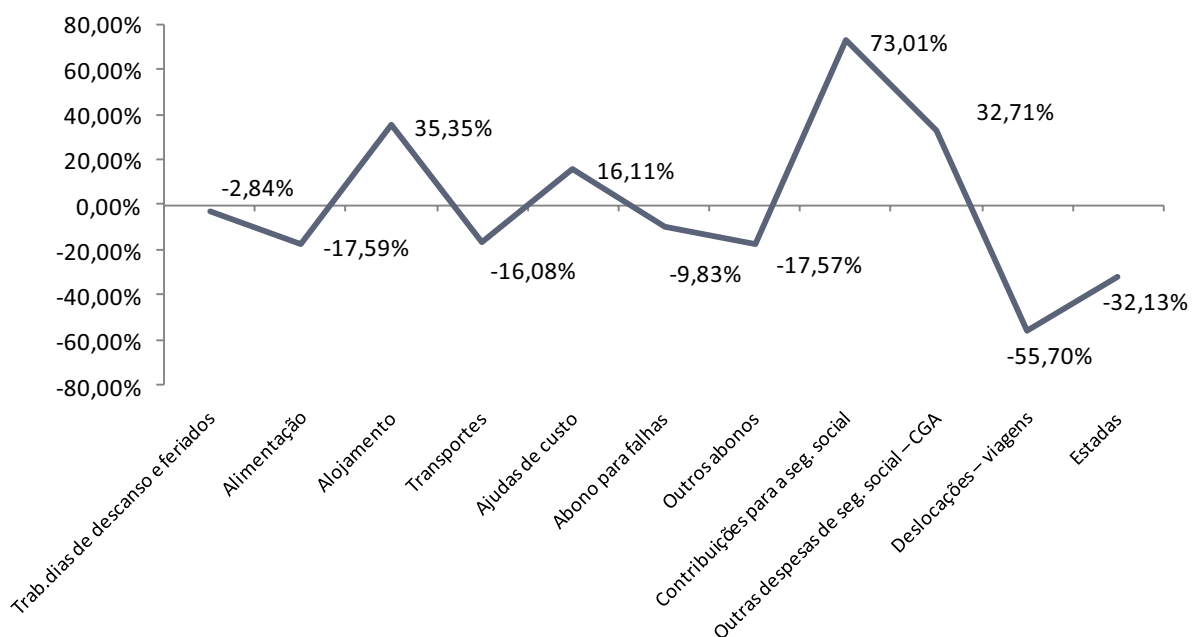


Gráfico 45 – Variação da distribuição dos encargos financeiros variáveis

No que respeita à distribuição do peso dos vários abonos variáveis e eventuais no total dos encargos financeiros variáveis, pode-se observar através do **gráfico 45** que as contribuições para a segurança social (SAR) e as outras despesas de segurança social – CGA (SAR) foram as que mais aumentaram o seu peso na totalidade dos encargos financeiros variáveis. De igual modo se registou um aumento, ainda que ligeiro nas despesas com alojamento. Todas as demais registaram um decréscimo.

Gráfico 46 – Variação de encargos financeiros variáveis (2009/2010)

Em relação à variação de valores absolutos, a alimentação, transportes, abono para falhas, outros abonos, deslocações-viagens e estadas apresentam, em 2010, valores inferiores a 2009.

No que se refere à taxa global de execução correlativa aos montantes inscritos no OAR Suplementar 2010, os encargos financeiros variáveis apresentam em 31 de Dezembro de 2010 uma execução média de 86,41%.

Quadro 29 – Despesas de funcionamento – Executado em 2010

Aquisição de bens e serviços correntes	Euro	Percentagem
Vestuário e artigos pessoais	60.400,17	7,16%
Aquisição de serviços - - Refeitório; restaurante; cafetaria	783.448,04	92,84%
TOTAL	843.848,21	100 %

O valor global das 2 despesas de funcionamento apresentadas no **quadro 29** é de 843.848,21€, englobando as despesas com vestuário e artigos pessoais, nas quais se inclui o fardamento do pessoal auxiliar e ainda as relativas à aquisição de serviços com o refeitório, restaurante e cafetaria.

A taxa de execução média destas despesas face aos montantes inscritos no OAR Suplementar 2010 situou-se nos 97,10%.

6.2 – Leque Salarial

Quadro 30 – Leque salarial líquido e ilíquido

Leque salarial líquido =	Maior vencimento líquido	7.1
	Menor vencimento líquido	
Leque salarial ilíquido =	Maior vencimento ilíquido	7.9
	Menor vencimento ilíquido	

O leque salarial ilíquido situou-se, em 2010, nos 7.9 enquanto que o rácio do leque salarial líquido ficou apenas pelos 7.1 valores.



PROTECÇÃO SOCIAL

7. – PROTECÇÃO SOCIAL

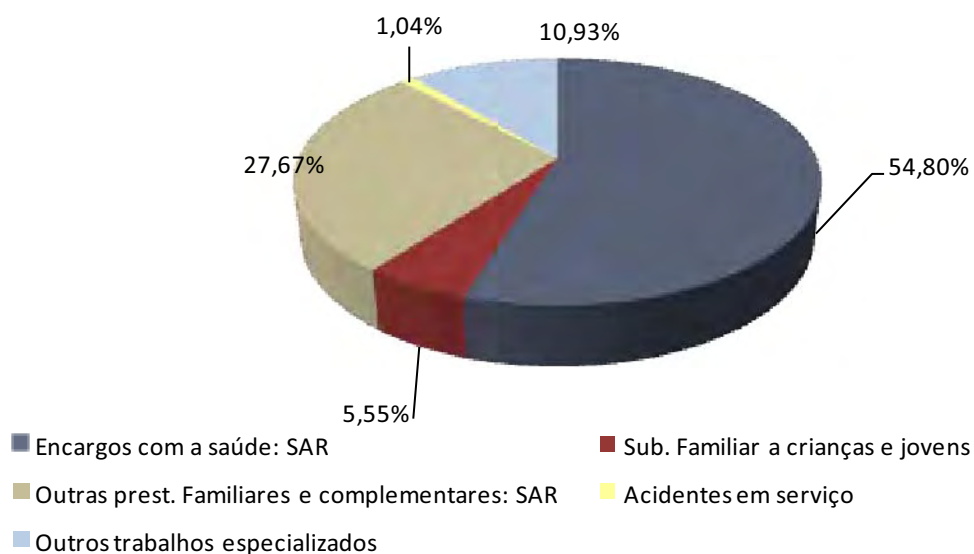
Quadro 31 – Protecção Social – executado em 2010

Protecção Social		
	Euro	Percentagem
Encargos com a saúde: SAR	271.737,23	54,80%
Subsídio Familiar a crianças e jovens: SAR	27.542,93	5,55%
Outras prest. Familiares e complementares: SAR	137.215,71	27,67%
Acidentes em serviço	5.158,54	1,04%
Outros trabalhos especializados	55.421,67	10,93%
TOTAL	495.830,65	100 %

No que respeita à protecção social, os encargos com a saúde são os que detêm maior percentagem do total desta actividade – 54,8%. Seguem-se as outras prestações familiares e complementares, que englobam os subsídios de estudo com 27,67%.

A taxa média de execução face aos montantes inscritos no OAR Suplementar 2010 das despesas de protecção social ronda os 68%.

Gráfico 47 – Representação gráfica





RELAÇÕES PROFISSIONAIS DISCIPLINA

E

8. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

8.1 – Relações profissionais

A maioria dos trabalhadores parlamentares sindicalizados pertence ao Sindicato dos Funcionários Parlamentares, encontrando-se 3,7% do total de trabalhadores sindicalizado em outros Sindicatos.

Quadro 32 – Actividade sindical

Organização e actividade sindical na A.R.		
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Parlamentares		290
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores da F.P. Zona Sul e Açores		10
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos		2
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Judiciais		1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Enfermeiros Portugueses		1
Taxa de sindicalização	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ Trab. Sindicalizados}}{\text{Efectivo Total}}$	79,4 %

A taxa de sindicalização, em 2010, situa-se nos 79,4%, e subiu 4,8% em relação a 2009.

Os trabalhadores Parlamentares estão também representados no Conselho de Administração por um elemento efectivo e um suplente, conforme previsto no artigo 14.º da LOFAR.

Quadro 33 – Representação no Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Representação no Conselho de Administração	1 efectivo 1 suplente

8.2 – Disciplina

Em 2010 foi instaurado um processo disciplinar, aplicando-se a pena disciplinar de repreensão da qual foi interposto recurso, transitado para 2011.

Ocorreu ainda um procedimento disciplinar a um trabalhador em mobilidade cuja pena aplicada foi 30 dias de suspensão, tendo de imediato cessado a respectiva mobilidade.



COMPOSIÇÃO DOS GABINETES

9. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES E ENTIDADES EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR

9.1 – Composição dos Gabinetes

Os Gabinetes podem ser constituídos por pessoal em regime de nomeação, de acordo com a LOFAR, e por funcionários do mapa de pessoal da AR. Assim, salienta-se que os trabalhadores que se encontram nomeados nestes Gabinetes não fazem parte dos 383 efectivos, analisados ao longo deste Balanço Social.

Em 2010, no Gabinete do **Presidente da AR** exerciam funções de apoio um total de 13 trabalhadores, distribuídos pelos cargos e categorias representadas no quadro que se segue, em consonância com o artigo 8.º da LOFAR:

Quadro 34 – Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR

	Chefe de Gabinete	Adjunto	Assessor	Secretário	Secretária Auxiliar	Motorista	Auxiliares	Total
Mapa de pessoal						2	3	5
Nomeados	1		2	4	1			8
TOTAL	1		2	4	1	2	3	13

No Gabinete da **Secretária-Geral**, de acordo com o artigo 25.º da LOFAR, exerciam funções de apoio um total de 8 elementos, distribuídos pelas seguintes cargos e categorias:

Quadro 35 – Pessoal em exercício no Gabinete da Secretária Geral

	Adjuntos do SG	Secretária	Motorista	Auxiliares	Total
Mapa de pessoal			1	1	2
Nomeados	2	3			5
Avençado			1		1
Total	2	3	2	1	8

O **Gabinete dos Vice-Presidentes**, tal como previsto no artigo 11.º da LOFAR, tem a seguinte composição:

Quadro 36 – Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes

	Secretária	Motorista	Auxiliares	Total
Mapa de pessoal		1	1	2
Nomeados	4	2		6
Total	4	3	1	8

De acordo com o artigo 12.º da LOFAR, o **Gabinete dos Secretários de Mesa** conta com o seguinte apoio de trabalhadores:

Quadro 37 – Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários de Mesa

	Adjunta Especialista Principal	Secretária	Motorista	Auxiliares	Total
Mapa de pessoal	1	3	1	1	5
Total	1	3	1	1	6

No que respeita ao **Gabinete do Ex-PAR**, o mesmo é composto por 2 trabalhadores, de acordo com o artigo 13.º da LOFAR:

Quadro 38 – Pessoal em exercício no Gabinete do Ex-PAR

	Assessor	Motorista	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

O apoio ao **Conselho de Administração**, é composto em conformidade com o quadro abaixo.

Quadro 39 – Pessoal em exercício no Conselho de Administração

	Adjunta Especialista Principal	Motorista	Auxiliares	Total
Mapa de pessoal	1	1	1	3
Total	1	1	1	3

9.2 – Pessoal em funções nas Entidades externas que funcionam junto da A.R.

O mapa de pessoal da A.R., em 2010, contempla ainda postos de trabalho ocupados por trabalhadores afectos a entidades externas que funcionam junto da Assembleia da República e cujo apoio técnico e administrativo lhe está acometido. Os quadros seguintes registam essas situações:

Quadro 40 – Pessoal em exercício na Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida

	Assessor	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 41 – Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

	Técnico	Adjunto	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

Quadro 42 – Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal

	Secretário	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1



NOTAS FINAIS

10. – NOTAS FINAIS

SÍNTESE

Dos elementos constantes no Balanço Social de 2010, ressalta o rigor imprimido na gestão e o aumento das capacitações do capital humano nas suas várias vertentes, não obstante os vários constrangimentos provenientes das limitações impostas pela difícil conjuntura económica e financeira, traduzidos numa política de acrescido rigor e contenção orçamental.

De toda esta dinâmica destaca-se em síntese o seguinte:

- Em 2010, por comparação com 2009, continuou a verificar-se uma diminuição do número de efectivos, contabilizando-se, em 31-12-2010, 383 trabalhadores em efectividade de funções, nele se incluindo os afectos às entidades a quem a AR assegura o apoio técnico e administrativo. Este decréscimo é sobretudo imputado ao número de aposentações verificadas;
- O maior decréscimo do número de trabalhadores verifica-se no grupo técnico-profissional;
- O rácio de efectivos por dirigente corresponde actualmente a 17,4 trabalhadores;
- A relação homens/mulheres manteve-se praticamente inalterada, sendo que o efectivo feminino apresenta uma taxa de 65% do total dos trabalhadores do mapa de pessoal. No entanto, verificou-se uma ligeira descida de 0,5% nesta percentagem;
- O escalão etário dos 50-54 anos é aquele que agrupa um maior número de trabalhadores – 104 – e corresponde a 27% do total de trabalhadores do mapa de pessoal da AR;
- A idade média continua a aumentar, situando-se em 2010 nos 49,6 anos, com um aumento de 1,7 anos em relação ao ano anterior;

- Em 2010 mantém-se a tendência de aumento do nível de escolaridade comparativamente com anos anteriores, fruto do reforço do grau de capacitações em resposta às contínuas necessidades dos serviços da A.R.;
- O nível médio de antiguidade mantém o ritmo de subida, sendo em 2010 de 21,2 anos. As mulheres mantêm um nível de antiguidade superior aos homens e superior à média;
- Existem 100 trabalhadores com mais de 30 anos de antiguidade, verificando-se assim um aumento relativamente a 2009 de 2,1%;
- No que respeita a movimentos de pessoal, destaca-se no movimento de saídas as motivadas por aposentações, que registaram o número de 15, o que correspondeu a 50% da totalidade de saídas verificadas;
- A taxa de absentismo cresceu 1,2%, situando-se agora nos 9,4%, sendo que os tipos de falta como doença, doença prolongada e greve, foram as que mais contribuíram para esse acréscimo;
- A formação profissional registou um aumento do número de participações em acções de formação, das quais 85% foram internas. As principais áreas objecto de formação foram em formação para o pessoal auxiliar, novas oportunidades, informática e línguas;
- O número de acidentes de trabalho também registou nova subida, tendo sido qualificados como tal 16 acidentes em 2010, que originaram 566 dias de baixa;
- Em 2010, o Gabinete Médico e de Enfermagem registou 3.710 actos médicos e praticou 5.050 actos de enfermagem;
- Os encargos financeiros permanentes apresentaram em 2010 uma taxa de execução de 95,15%, enquanto os encargos financeiros variáveis apresentaram uma execução de 96,14%;
- O leque salarial situou-se em 2010 nos 7.9;
- A taxa de sindicalização subiu 4,8% em relação a 2009, situando-se agora nos 79,4%.

